N.º 6

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS / DO MANDATO 2025/2029.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. Audição da Senhora Presidente da CPCJ de Évora;
2. Audição da Senhora Presidente da Associação Évora27;
3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo;
4. Prestação de Contas 2025.;
5. Alteração Orçamental Modificativa para inclusão do saldo da Gerência Anterior;
6. Plano de Atividades e Orçamento para 2026 e Plano Plurianual de Investimentos 2027/2030 da Habévora, E.M.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão da Assembleia Municipal cumprimentando o Presidente da Câmara, os Vereadores, todos os membros da Assembleia Municipal presentes, o público presente e ainda os colaboradores técnicos e administrativos que acompanharam a sessão, que, sem a sua competência, não seria possível assegurar o regular funcionamento dos trabalhos, dos quais a Assembleia dependia.

Estiveram presentes os membros da Mesa:
Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo
1ª Secretária – Maria da Nazaré Pereira Lança
2º Secretário - Luís Carlos Fialho Pardal

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos Deputados Municipais eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:
- José Maria Rodrigues Figueira
- José da Silva Costa Russo
- Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- Isolinda Rosa Pintado Bailote Esperança
- Sérgio Miguel Franco de Oliveira
- Ana Cristina das Neves Pires Almaça Caço
- David Miguel Mirrado Lopes
- Paulo José Veiga Ribeiro
- Cláudia Maria Ferreira de Sousa Pereira
- Bruno Miguel Martins Piçarra (em substituição de Paula Cristina Nobre de Deus)
- João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso

- Henrique António de Oliveira Troncho
- Dulce Fernanda Rosa da Silva dos Santos (em substituição de Bernarda Julieta da Noite Cota)
- Redolfo Constantino Pereira
- Luís Carlos Fialho Ralo
- Tiago Miguel Parreira Nunes
- Vítor Manuel Marques Vaqueira
- Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- Luís Maria Nunes dos Santos
- Maria de Lurdes Beraldo de Brito
- Luís Maria Pestana de Torres Vaz Freire
- Tomás Prates Lavouras
- Luís Filipe Cristino Martins Laureano Tirapicos Nunes
- Ângela Manuel Marques Caeiro
- Francisco Manuel Branco de Brito
- Hélder da Costa Cabecinha (em substituição de Joaquim José dos Santos Lopes Godinho)
- César Luís da Silva
- Raquel Susana Baía Avó Machado dos Paços António
- José Miguel Barreto Mexia de Almeida

A Câmara Municipal fez-se representar por:
- José Carlos das Dores Zorrinho
- Jerónimo António Vaqueiro José
- Cármen de Jesus Geraldo Carvalheira
- Fernanda Manuela dos Santos Barreiros (em substituição de Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim)
- Patrícia José Correia Raposinho
- Alexandre Manuel Rosa Varela (em substituição de João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira)

Ausente:
- Rúben Filipe Soares dos Santos Rodrigues Miguéis.

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenção do público questionando se alguém pretendia intervir e verificando não haver pedidos de intervenção, deu por encerrado aquele ponto e deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal começou por saudar as visitantes que mereciam uma atenção particular, a Dra. Ana Luísa Boto, presidente da CPCJ, e a Dra. Maria do Céu Ramos, presidente da Associação Évora 27, informando que seriam ouvidas momentos depois, bem como saudando e desejando as boas-vindas ao deputado do partido Chega, o senhor José Miguel Barreto Mexia de Almeida, expressando o desejo de que este se sentisse bem no parlamento regional, onde referiu que todos se davam muito bem, apesar de pontuais picardias ligeiras.

No que respeita às informações a prestar, o **Presidente da Assembleia Municipal** comunicou, em primeiro lugar, que a Assembleia Municipal Jovem tinha reunido pelo terceiro ano consecutivo, destacando a surpresa pela atenção com que os jovens acompanhavam a realidade do Concelho, tendo sido apresentadas diversas moções, propostas e projetos, todos aprovados, alguns por maioria, numa sessão que decorreu particularmente bem e onde os jovens manifestaram um grande interesse pela causa pública e pela resolução de problemas por eles identificados.
Em segundo lugar, informou que haviam sido iniciadas as tramitações para organizar uma visita às obras do novo Hospital, agendada para o dia 22 de maio, às 10 horas, detalhou que a visita teria uma capacidade limitada a 20 pessoas e que os candidatos deveriam indicar o número de calçado, por exigência legal de alteração de sapatos além do uso de capacete, esclarecendo que o critério de seleção seria o das primeiras 20 inscrições, ressalvando a possibilidade de, mais tarde, se organizar uma segunda visita para quem não conseguisse vaga na primeira.
Em terceiro lugar, transmitiu que tinham sido iniciadas as tramitações conducentes à candidatura da Serra de Monfurado a Reserva Mundial da Biosfera, sublinhando a importância do prosseguimento e concretização satisfatória deste processo, por considerar uma mais-valia para o Concelho a inclusão de uma reserva da biosfera no seu perímetro.
Finalmente, a quarta informação incidiu sobre a receção de um alerta relativo à possibilidade de a UNESCO retirar ao Centro Histórico de Évora a classificação de Património Mundial, em virtude da degradação da paisagem decorrente da instalação de cerca de 1.800.000 painéis fotovoltaicos na periferia a norte e nordeste e referiu que, não tendo a Conferência de Representantes capacidade para julgar a pertinência da denúncia, foi decidido organizar uma audiência pública para a qual seriam convidados a APA, o ICNF, a delegação da UNESCO em Portugal, os proprietários da central fotovoltaica e a Plataforma Juntos pelo Divor, autora do alerta, adietando que a audição se realizaria provavelmente no mês de junho, em data ainda por fixar para permitir o tempo de resposta das instituições, e que a mesma adotaria um formato antigo, já aplicado no ano anterior, adequado à audição de cinco entidades simultâneas.

O deputado Francisco Figueira a propósito da intervenção que o Presidente da Assembleia acabava de fazer relativamente ao tema dos painéis solares, quis saudar a sua posição a esse respeito, recordando que, a 19 de dezembro do ano anterior, a sua bancada apresentara nessa mesma Assembleia Municipal uma proposta de criação de uma comissão de acompanhamento da implantação dos parques fotovoltaicos no Concelho de Évora, referindo que, nessa altura, haviam sido acusados de querer governar a Câmara a partir da Assembleia Municipal, que lhes fora dito e pedido, ao que acederam, que retirassem a referida proposta para que a conferência de representantes da Assembleia Municipal pudesse analisar a questão. Acrescentou que lhe cumpria, naquela ocasião, saudar o facto de as outras forças políticas terem aderido à preocupação da sua bancada e estarem, naquele momento, disponíveis para quase cinco meses depois, analisarem a matéria, não deixando, contudo, de lamentar o tempo que fora perdido até então.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam adicionar aquela questão na próxima reunião de representantes.

O deputado Henrique Troncho, relativamente ao ponto que havia sido referido pelo senhor deputado municipal Francisco Figueira, afirmou que, por parte do seu grupo, não se verificava qualquer mudança de posição e que a postura que mantinham relativamente aos painéis solares sempre fora a mesma. Lembrou ainda que o que ocorrera anteriormente fora um adiamento da constituição de uma comissão de acompanhamento,

tendo sido decidido aguardar que a Câmara avançasse com a sua própria comissão, a qual já existia, para avaliar se haveria necessidade de criar outra ou se uma seria suficiente. Sublinhou que tal facto não se relacionava com a posição assumida, nem considerava que tivesse havido qualquer tempo perdido, uma vez que não vislumbrava o que a Assembleia Municipal teria feito, nesse entretanto, sobre essa matéria. Concluiu referindo que só nesse momento fora, de facto, tomada a decisão de realizar a inquirição, cuja iniciativa louvou por corresponder àquilo que considerava que devia ser feito.

B) Proposta de aprovação da Ata nº 4 de 2026/01/28.

Deliberação da Ata nº 4 de 2026/01/28:
Aprovada por unanimidade.
Os deputados municipais José da Silva Costa Russo, Sérgio Miguel Franco de Oliveira, Ana Cristina das Neves Pires Almaça Caço, Bruno Miguel Martins Piçarra, Henrique António de Oliveira Troncho, Dulce Fernanda Rosa da Silva dos Santos, Hélder da Costa Cabecinha e José Miguel Barreto Mexia de Almeida, não votaram por não estarem presentes na sessão a que ela respeita.

O Presidente da Assembleia Municipal informou terem recebido 1 Voto de Pesar, 3 Votos de Louvor e 6 Moções e, seguindo a ordem que lhe foi apresentada, solicitou à bancada do PS que procedesse à apresentação da Moção "O 25 de Abril e os 50 anos da Constituição de um Portugal Democrata".

A deputada Claúdia Pereira procedeu à leitura da Moção "O 25 de Abril e os 50 anos da Constituição de um Portugal Democrata", a qual se transcreve na íntegra.
"No 52.º aniversário do dia inaugural da Democracia em Portugal assinala-se e comemora-se o meio-século da carta de referência a partir da qual um país se começou a construir inteiro todos os dias.
A Constituição portuguesa consagrou em forma de letra e lei direitos, liberdades e garantias. Abriu-se caminho a uma sociedade mais justa, plural e solidária a partir do dia 25 de Abril de 1974. Foi graças ao papel do Movimento das Forças Armadas e de tantas pessoas que, na clandestinidade ou no exílio, lutaram, sofreram e morreram para que, em forma de revolução, se rompesse com décadas de opressão.
Ao longo destes anos, se a forma da letra se foi atualizando, os princípios mantiveram o espírito e permanecem, sem reescrita nem descontexto da História. A Democracia portuguesa foi sendo aprofundada pelo empenho de instituições, cidadãos e movimentos cívicos que, com diferentes perspetivas, contribuíram para consolidar um Estado de direito moderno. Num caminho não isento de desafios, é precisamente na capacidade de os enfrentar que a Democracia tem mostrado a sua força e resiliência.
Celebrar a Revolução de Abril e a aprovação da nossa Constituição é reconhecer conquistas fundamentais como o acesso à educação, à saúde e à participação política, mas também é assumir que a construção democrática é um processo contínuo. Persistem desigualdades, exigem-se respostas mais eficazes e impõe-se o reforço da confiança nas instituições. Ou seja, exige-se competência, cooperação e provas de que se pode confiar em quem sabe escutar, legislar, acompanhar e prestar contas.
Mais do que um exercício de memórias condicionadas por vivências ou atavismos, esta evocação é um compromisso com o futuro. Cabe às gerações presentes honrar o legado de Abril, defendendo os valores da liberdade, da igualdade e da dignidade humana, e garantindo que estes não sejam apenas princípios inscritos, mas realidades vividas por todos."

O deputado Paulo Ribeiro Saúdo também especialmente os convidados que hoje temos. tenho a certeza que decorrerão da melhor forma e que nos deixarão duas alocuções bastante ricas e que levaremos connosco. Eu faço minhas as palavras do senhor presidente Carlos Zorrinho, em que dizia há pouco dar o devido sublinhado, sobretudo com elevação, com o que decorreu no sábado a celebração do 25 de abril foi assinalável, a dignidade que o evento teve, claramente, e espero e estimo e desejo que seja um marco para o resto do mandato até 2029. Da minha parte voto favoravelmente.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Moção "O 25 de Abril e os 50 anos da Constituição de um Portugal Democrata", a votação.

Deliberação da Moção "O 25 de Abril e os 50 anos da Constituição de um Portugal Democrata".

Aprovada por maioria, com 29 votos a favor (13 do PS, 8 da AD - "Évora Tem mais Futuro", 6 da CDU, 1 do MICAZA e 1 do MCE), 2 votos contra do CHEGA e 1 abstenção da AD - "Évora Tem mais Futuro" verificando-se 32 presenças.

Declaração de Voto do CHEGA.

"O grupo municipal do Chega vota contra a moção apresentada pelo Partido Socialista, a moção apresentada constrói uma narrativa exclusivamente elogiosa e unilateral sobre o processo iniciado a 25 de abril de 74, ignorando deliberadamente os períodos conturbados que se seguiram e que colocaram em risco as liberdades fundamentais que hoje aqui justamente se evocam. Esta moção escolhe ignorar o momento decisivo em que Portugal rejeitou uma deriva revolucionária e afirmou o caminho da democracia pluralista, do estado de direito e da liberdade política e económica. Não podemos aceitar uma leitura da história que romantiza o período pós-revolucionário, esquecendo nacionalizações forçadas, ocupações ilegais, ataques à propriedade privada e tentativas de controle da comunicação social. Por outro lado, a exaltação da Constituição é feita sem qualquer espírito crítico, ignorando ter sido necessário ao longo destes anos proceder a revisões para corrigir alguns excessos ideológicos eh do seu texto original. O Chega entende que celebrar abril não pode significar a imposição de uma narrativa única, nem transformar uma data que deve unir os portugueses num instrumento de afirmação ideológica de apenas uma parte. Celebrar abril é também reconhecer os seus excessos, corrigir as suas falhas e valorizar todos os momentos que permitiram ao dia de hoje termos uma democracia consolidada. E por tudo isto, não podemos acompanhar esta moção. O 25 de abril deve nos unir e não dividir. A história deve ser contada por inteiro e nunca pela metade."

Declaração de Voto do CDS-PP.

"O CDS-PP tem uma relação com o 25 de Abril e com a Constituição portuguesa que é, ao mesmo tempo, honesta e historicamente incontornável. É precisamente essa honestidade que justifica a minha abstenção.

Sou representante de um partido democrata. Defendo a liberdade, o Estado de direito, a separação de poderes e a dignidade humana. O 25 de Abril de 1974 representou o retomar do caminho democrático que também é nosso. Ninguém nos retira esse compromisso.

Contudo, não posso subscrever sem reservas uma celebração dos cinquenta anos de uma Constituição contra a qual o CDS votou na Assembleia Constituinte de 1976. Fizemo-lo por convicção e com razões que a História veio, em parte, a confirmar: o texto original

estava impregnado de uma matriz ideológica incompatível com os princípios democrata-cristãos de economia social de mercado, de propriedade privada e de subsidiariedade.
As sucessivas revisões constitucionais — em especial as de 1982 e 1989 — corrigiram parte desse ideário, aproximando a Constituição de valores que sempre defendemos.
Porém, e importa dizê-lo com rigor, o texto em vigor mantém marcas ideológicas que não podemos ignorar. O próprio Preâmbulo da Constituição continua a afirmar, em letra e lei, a intenção de "abrir caminho para uma sociedade socialista". O artigo 80.º mantém o planeamento democrático da economia e a propriedade pública dos meios de produção como princípios fundamentais da organização económica. São disposições que se encontram longe dos valores que representamos e que continuam a exigir revisão.
A moção não faz estas distinções. Celebra o documento como um todo, de forma acrítica, e fá-lo com a assinatura de quem pretende dele fazer bandeira própria.
Reconheço o valor do percurso democrático português. Honro os que lutaram e lutam pela liberdade. Mas não posso apagar a nossa memória histórica, nem subscrever uma narrativa que não é inteiramente a nossa. Por tudo isto, abstenho-me — em homenagem aos verdadeiros defensores da liberdade, com

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção solicitou à bancada do PS que procedesse à apresentação da Moção de saudação ao 1.º de Maio no seu 140º aniversário «Dignificar os trabalhadores é dignificar o trabalho».

A deputada Cláudia Pereira procedeu à leitura da Moção de saudação ao 1.º de Maio no seu 140º aniversário "Dignificar os trabalhadores é dignificar o trabalho", a qual se transcreve na íntegra.
"Foi em 1886, nos Estados Unidos da América, que o direito inaugural e, por isso, simbólico da jornada de trabalho limitada às 8 horas foi conquistado, pela luta dos trabalhadores. Dignificando os trabalhadores, dignifica-se o trabalho.
Entre1886 até hoje o Mundo laboral deu muitas voltas: houve avanços, recuos, guerras, ditaduras, revoluções e o 1.º de Maio, pública ou clandestinamente, foi sempre celebrado, e isso tem significado.
Nos últimos 10 anos, e desde 2015, os governos do Partido Socialista promoveram o aumento do salário mínimo, a reposição de rendimentos e o reforço da negociação coletiva, com foco na recuperação de direitos e no combate à precariedade. Este percurso culminou, em 2023, com a aprovação da Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens, uma das mais relevantes reformas laborais recentes. A iniciativa visou tornar o mercado de trabalho mais justo e equilibrado, com medidas como a limitação dos contratos a termo, o combate aos falsos recibos verdes, a regulação do trabalho em plataformas digitais e o reforço dos direitos na parentalidade.
Com a atual tentativa para alterar o pacote laboral, onde o Governo se entretém com uma extemporânea e não escrutinada pseudodiscussão, desconsidera-se uma parte esmagadora da sociedade que os sindicatos representam e arrisca-se a reversão dos avanços de que essa Agenda foi, simultaneamente, um auspicioso início.
Neste 1.º de Maio, por maioria de razão, não podemos trair o conquistado ao longo de 140 anos. Nenhuma desculpa de produtividade e de sucesso parcial e ilusório poderá retirar o humanismo às sociedades e a dignidade às pessoas."

A deputada Cláudia Sousa Pereira salientou que a moção dignificar os trabalhadores é dignificar o trabalho. Assinala o 14º aniversário do primeiro de maio, evocando a luta histórica dos trabalhadores, simbolizada pela medida da em nos Estados Unidos, em Chicago, simbolizada pela medida da jornada de 8 horas iniciada em 1886 e que ao longo

do tempo, apesar dos avanços e retrocessos, houve guerras, houve uma pandemia, houve pandemias. Esta data manteve sempre o seu significado simbólico na defesa dos direitos laborais. Sublinhamos que na última década foram promovidas políticas de valorização do trabalho, como o aumento do salário mínimo, a reposição de rendimentos e o reforço da negociação coletiva e, acima de tudo, a aprovação em 2023 da agenda do trabalho digno e valorização dos jovens, com medidas para combater a precariedade e regular novas formas de trabalho. Alertamos nesta moção para o facto de as atuais tentativas de alteração ao pacote laboral trazer riscos de retrocesso, até porque, de forma evidente e sem detalhar outros grandes pormenores, desvalorizam o papel dos sindicatos na negociação, que ainda não sabemos se já acabou ou se não acabou. Terminamos afirmando que nenhuma desculpa infundada de produtividade ou de sucesso parcial e ilusório poderá retirar o humanismo às sociedades e a dignidade aos trabalhadores e às suas famílias.

O deputado José Figueira sobre as três moções que tinham o seu texto associado ao Primeiro de Maio, uma apresentada pelo Partido Socialista, outra pela CDU embora a da CDU também tivesse uma saudação ao 25 de Abril e outra pelo PSD, informou que da parte da CDU, como declaração de princípio, iriam votar favoravelmente as moções relacionadas com o Primeiro de Maio.

O deputado Francisco Figueira pronunciou-se sobre a moção do Partido Socialista relativa ao Primeiro de Maio, recordando que a bancada da CDU também já tinha referido a apresentação de uma moção própria sobre o mesmo tema. Contudo, afirmou que os termos em que a moção do Partido Socialista se encontrava redigida não correspondiam sequer à verdade. Recusou a afirmação de que o governo se entretinha com uma extemporânea e não escrutinada discussão que desconsiderava uma parte esmagadora da sociedade representada pelos sindicatos e sublinhou que decorriam há mais de nove meses reuniões de concertação social, ainda sem conclusão, como era sabido e público. Contrapôs que onde não tinha existido concertação social nem qualquer discussão fora, de facto, na Agenda do Trabalho Digno, dado que o então primeiro-ministro António Costa chamava à concertação social uma "feira de gado" e apresentou a referida agenda diretamente no Parlamento. Referiu que, embora com toda a legitimidade democrática, o processo decorreu sem qualquer concertação social, tendo sido o Parlamento a impor a Agenda do Trabalho Digno à sociedade portuguesa. Mais acrescentou que se poderia ter uma opinião positiva ou negativa sobre esse assunto, partilhando que tinha a sua própria opinião e que considerava que a Agenda do Trabalho Digno continha, em muitos campos, posições muito positivas na dignificação do trabalho. Considerou, porém, que, objetivamente, a posição vertida na moção do Partido Socialista espelhava posições que julgava mais apropriadas e mais próximas da extrema-esquerda populista do que do próprio Partido Socialista. Concluiu afirmando que, sendo cada um responsável pela posição que entendia assumir, a sua bancada votaria contra a referida moção, nos termos em que estava, por não se rever de maneira nenhuma na sua forma de redação e por os termos da sua conclusão não corresponderem, pura e simplesmente, à verdade.

O deputado Henrique Troncho afirmou que não se iria pronunciar sobre o conteúdo das moções, esclarecendo que o Partido Socialista, em princípio, votaria favoravelmente as três porque não eram contraditórias, embora tivessem especificidades próprias e refletissem o pensamento de cada uma das forças. Mais acrescentou que o que não podia deixar de lamentar era a afirmação, por si classificada como falsa, de que o primeiro-ministro António Costa tinha chamado "feira de gado" à concertação social, reiterando ser uma afirmação absolutamente falsa e grave por ser mentira.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu a presente "Moção de saudação ao 1.º de Maio no seu 140º aniversário «Dignificar os trabalhadores é dignificar o trabalho", a votação.

Deliberação da Moção de saudação ao 1.º de Maio no seu 140º aniversário «Dignificar os trabalhadores é dignificar o trabalho».
Aprovada por maioria, com 21 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU, 1 do MICAZA e 1 do MCE) e 11 votos contra (9 da AD - "Évora Tem mais Futuro" e 2 do CHEGA), verificando-se 32 presenças.

Declaração de voto do CHEGA
"O grupo municipal do Chega vota contra esta moção por considerar que não se trata de ideológico. O que aqui temos não é uma leitura séria da história, é uma tentativa de apropriação política do 25 de abril por parte da CDU, ao impor-nos uma narrativa única, parcial e enviesada. A história respeita-se, não se reescreve. Esta moção romantiza um período conturbado, omitindo deliberadamente os abusos do PREC. Mais uma vez, a CDU apaga da história ao 25 de novembro de 1975, aquele que consideramos o verdadeiro momento em que Portugal escolheu a democracia pluralista e travou uma deriva revolucionária que voltava a pôr em causa a liberdade. Talvez não o faça por esquecimento. Quanto ao primeiro de maio, é mencionado nesta moção para instigar a tomadas de posição numa luta partidária. ao fazê-lo, utiliza uma data que deveria ser de todos os trabalhadores para promover uma agenda política concreta e assumindo-a como consensual. Perante uma tentativa de doutrinação política numa assembleia municipal que deve representar todos. O Chega não pode votar a favor, respeita a democracia sem dono e vota contra."

Declaração de Voto do CDS-PP – AD
"O CDS-PP reconhece o valor histórico e simbólico do 1.º de Maio como data de referência na conquista da dignidade dos trabalhadores. A defesa de condições de trabalho justas, da família trabalhadora e da dignidade humana são valores que nos são próprios e que sempre nortearam a nossa ação política, inspirados pela Doutrina Social da Igreja e pelo humanismo democrata-cristão.
Não é, pois, por indiferença aos trabalhadores que voto contra esta moção.
Voto contra porque este documento, sob a aparência de uma celebração cívica e histórica, é na sua essência um instrumento de afirmação partidária do Partido Socialista. Louva exclusivamente a ação governativa do PS, ignora contributos de outras forças políticas para a melhoria das condições laborais em Portugal e, de forma explícita, ataca o atual Governo com base em premissas que não reconheço como justas nem equilibradas.
Uma moção de saudação ao trabalho e aos trabalhadores deveria unir — não dividir.
Deveria ser um compromisso de toda a Assembleia — não um manifesto de parte.
Por estas razões, e sem abdicar dos meus valores de sempre na defesa da dignidade do trabalho, voto contra."

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção solicitou à bancada solicitou à bancada da CDU que procedesse à apresentação da Moção de Saudação ao 25 de Abril e 1.º Maio.

O deputado José Figueira procedeu à leitura da Moção de Saudação ao 25 de Abril e 1.º Maio, a qual se transcreve na íntegra.

"Acabámos de assinalar o 52º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974. Esse momento maior da História de Portugal projetou-se à escala global como exemplo de emancipação humana e ação transformadora no sentido da construção da liberdade e da democracia. A Revolução do 25 de Abril e os seus valores continuam hoje a ser referências de futuro para a construção de uma sociedade mais justa, de um Portugal mais democrático, soberano e desenvolvido.

A Revolução de Abril de 1974, com generalizada adesão e participação populares, derrubou a ditadura fascista, instaurou a democracia política e assegurou vastos direitos sociais, laborais e culturais. Deu concretização às aspirações e anseios do povo português que durante décadas lutou por amplas liberdades democráticas e concretizou importantes medidas de melhoria significativa das condições de vida do povo português, de que se destaca a instituição do Salário Mínimo Nacional. Afirmou Portugal no plano internacional como protagonista da construção de relações internacionais baseadas na paz, na cooperação e na solidariedade, no respeito pela soberania dos povos e pelos princípios do direito internacional.

Em 1976, com a aprovação da Constituição da República, consagraram-se as conquistas e os direitos alcançados com a Revolução e os seus valores, preconizando a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares, a luta pela Paz.

Foi criado o Poder Local Democrático, com as suas características próprias de participação, autonomia e proximidade, que deu e continua a dar uma contribuição determinante para a melhoria das condições e da qualidade de vida das populações.

Foi criado o Serviço Nacional de Saúde, geral e gratuito, o sistema de Segurança Social público, universal e solidário, expandiu-se e democratizou-se da Escola Publica, consagrou-se na Lei a igualdade entre homens e mulheres.

Abril marcou a maior transformação positiva de Portugal e do bem-estar do povo na nossa História centenária. Abril deixa-nos um legado inestimável cuja memória deve ser transmitida às novas gerações.

O 25 de Abril foi construído com a luta do povo português contra a ditadura, pela liberdade e por uma sociedade onde todos pudessem viver com dignidade, objetivos assumidos e protagonizados na ação do Movimento dos Capitães. Será com a luta do povo, com os valores de Abril no futuro de Portugal, que construiremos um futuro melhor para o Povo e o País.

Aproximamo-nos do 1.º de Maio e os trabalhadores e as suas organizações de classe, depois das enormes lutas que têm vindo a ser travadas contra o "Pacote Laboral", em particular a Greve Geral do passado dia 11 Dezembro, bem como a Manifestação Nacional do dia 17 de abril, irão sair à Rua para continuar a lutar e afirmar defesa dos valores de Abril e dos direitos laborais consignados na Constituição da República. Os trabalhadores sairão à rua, em todo o País e também aqui em Évora, no 1.º de Maio para exigir e reivindicar os desígnios consignados na CRP, a saber:

•o direito ao trabalho, contra os despedimentos sem justa causa;

•o direito ao emprego, contra a precariedade e os contratos a prazo sem limites;

•o direito à melhoria dos salários, contra o prolongamento dos horários de trabalho sem pagamento das horas extraordinárias;

•o direito a remunerações dignas e aumento dos rendimentos das famílias, contra o aumento do custo de vida;

•o direito à conciliação da vida laboral com a vida familiar, social e cultural, contra a violação dos direitos da maternidade e paternidade;

•o direito à contratação coletiva, contra as limitações da liberdade sindical e o direito à greve.

A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 27/4/2026, delibera:
1.Saudar o 52.º aniversário do 25 de Abril e o seu legado de conquista de direitos e liberdades sociais, culturais e políticas, bem como o seu inigualável contributo para a melhoria das condições e qualidade de vida do Povo Português;
2.Saudar as comemorações do 1.º de Maio e a luta dos trabalhadores portugueses, contra o "Pacote Laboral" na defesa dos seus direitos consignados na Constituição da República Portuguesa;
3.Apelar à ampla participação popular nas inúmeras iniciativas que continuarão a assinalar o 25 de abril e assinalarão o 1.º Maio, tanto no Concelho de Évora, como pelo resto do País."

O deputado Henrique Troncho confirmou o que havia dito anteriormente, declarando que o Partido Socialista votaria favoravelmente a referida moção por concordar com o seu espírito, embora não subscrevesse, obviamente, tudo o que nela estava escrito.

O deputado Francisco Figueira afirmou que votariam contra aquela moção, praticamente pelas mesmas razões que tinham sido evocadas há pouco contra a moção do Partido Socialista. Saudou que a CDU defendesse hoje uma legislação laboral contra a qual sempre se tinha batido. Referiu que a central sindical daquele partido nunca tinha assinado qualquer acordo de concertação social em 50 anos de democracia e que os pressupostos que ali reivindicavam... era evidente que a Constituição seria respeitada integralmente no acordo de concertação social que existiria e na reforma que viesse a ser feita à legislação laboral. Considerou isso evidente e objetivo, mas acrescentou que essa era sempre a ladainha da CDU. O deputado lamentou que não conseguissem sair daquele acantonamento em que se tinham colocado e apelou a que a CDU, de alguma forma, algum dia saísse, digamos, daquele acantonamento e viesse, digamos, ao encontro das outras forças políticas para, com pontes entre as suas diferenças, poderem construir uma sociedade mais inclusiva e melhor para todos.

A deputada Raquel António resumiu o voto numa frase, afirmando que não puderam acompanhar uma moção que, sob o pretexto de se estarem a celebrar os trabalhadores, os colocava ali, simplesmente, a serem espetadores num veículo de propaganda política.

O deputado José Figueira fez um reparo, afirmando não corresponder à verdade que a CGTP, organização de que foi dirigente durante muitos anos, não tenha assinado os acordos de concertação social. Sublinhou que o facto é que nenhum dos acordos assinados pela CGTP foi cumprido por parte do Governo e por parte das entidades empregadoras.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu a presente "Moção de Saudação ao 25 de Abril e 1.º Maio", a votação.

Deliberação da Moção de Saudação ao 25 de Abril e 1.º Maio.
Aprovada por maioria, com 21 votos a favor (13 do PS, 6 da CDU, 1 do MICAZA e 1 do MCE) e 12 votos contra (9 da AD - "Évora Tem mais Futuro" e 3 do CHEGA), verificando-se 33 presenças.

Declaração de Voto do CDS-PP / AD
"O CDS-PP reconhece, como sempre reconheceu, o valor histórico do 25 de Abril e a importância da conquista de direitos e liberdades que marcaram a vida dos portugueses. Essa é uma memória que não é propriedade de ninguém — e muito menos de um partido.

Voto contra esta moção por razões que vão muito além da discordância política conjuntural.
Em primeiro lugar, a moção está impregnada de uma visão do mundo baseada no conflito de classes e na luta permanente entre trabalhadores e entidades patronais — uma conceção que o CDS-PP rejeita por princípio, defendendo em alternativa a harmonia social, o diálogo, a negociação e o bem comum como motores de uma sociedade justa.
Em segundo lugar, a moção instrumentaliza o 25 de Abril e o 1.º de Maio para legitimar uma agenda política e sindical contrária ao atual Governo, apelando explicitamente à participação em iniciativas que são, na sua essência, de contestação às políticas governativas da coligação da qual o CDS-PP faz parte. Não podemos validar esse apelo.
Em terceiro lugar, e sendo honesto quanto à nossa história, o PCP — principal proponente desta moção — foi, no período pós-revolucionário, um dos principais responsáveis pelos excessos ideológicos que mancharam os primeiros anos da democracia portuguesa e que o próprio CDS-PP combateu com coragem e convicção.
Honramos o 25 de Abril. Defendemos os direitos dos trabalhadores. Mas fazemo-lo com os nossos valores — e não com os de quem sempre defendeu um modelo de sociedade que rejeitamos. Por tudo isto, voto contra"

Declaração de Voto do CHEGA
"O Grupo Municipal do Chega vota contra esta moção, por considerar que não se trata de uma moção, mas mais uma vez estamos presente num manifesto ideológico.
O que aqui temos não é uma leitura séria da história, é uma tentativa de apropriação política do 25 de Abril por parte da CDU, ao impor-nos uma narrativa única, parcial e enviesada. A história respeita-se, não se reescreve. Esta moção romantiza um período conturbado, omitindo deliberadamente os abusos do PREC.
Mais uma vez, cedeu a paga da história ao 25 de Novembro de 1975, aquele que consideramos o verdadeiro momento em que Portugal escolheu a democracia pluralista e travou uma deriva revolucionária que voltava a pôr em causa a liberdade. Talvez não o façam por esquecimento. Quanto ao 1º de Maio, é mencionado nesta moção para instigar a tomada de posição numa luta partidária.
O Chega, ao fazê-lo, utiliza uma data que deveria ser de todos os trabalhadores para promover uma agenda política concreta e assumindo-a como consensual. Perante uma tentativa de doutrinação política numa Assembleia Municipal que deve representar todos, o Chega não pode votar a favor, respeita a democracia sem dono e vota contra."

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada do CHEGA que procedesse à apresentação Moção Pelo cumprimento do dever legal de apresentação do relatório do direito de oposição.

A deputada Raquel António procedeu à leitura da Moção Pelo cumprimento do dever legal de apresentação do relatório do direito de oposição, a qual se transcreve na íntegra.
"A Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2026, vem pronunciar-se sobre o incumprimento do dever legal de apresentação do relatório de avaliação do grau de observância do direito de oposição.
Nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os órgãos executivos das autarquias locais estão obrigados a elaborar, até 31 de março de cada ano, um relatório que avalie o cumprimento do direito de oposição.
Sucede que, até à presente data, o executivo da Câmara Municipal de Évora não apresentou o referido relatório, incumprindo assim uma obrigação legal expressa e fragilizando os mecanismos de fiscalização democrática que cabem a esta Assembleia, nos termos da Lei n.º 75/2013.

Este incumprimento:
1.Compromete o respeito pelo quadro legal aplicável;
2.Fragiliza os mecanismos de fiscalização democrática;
3.Desvaloriza o voto democrático dos eborenses e o papel da oposição no funcionamento do poder local democrático.
O direito de oposição constitui um elemento essencial do pluralismo democrático, não podendo ser relativizado nem tratado como uma mera formalidade administrativa.
Assim, a Assembleia Municipal de Évora delibera:
1.Recomendar ao executivo municipal a apresentação, com carácter de urgência, do relatório de avaliação do direito de oposição relativo ao ano em causa;
2.Solicitar esclarecimento formal sobre as razões do incumprimento do prazo legal previsto no artigo 10.º da Lei n.º 24/98;
3.Reafirmar a necessidade de cumprimento rigoroso das obrigações legais, designadamente no que respeita aos direitos das forças políticas da oposição.
Mais delibera que a presente moção seja remetida ao Presidente da Câmara Municipal de Évora e tornada pública nos meios institucionais adequados."

A deputada Raquel António referiu que é legalmente exigível aos Executivos a apresentação de um relatório sobre os direitos de oposição e a sua aprovação até março, para posterior conhecimento aos vários partidos e forças políticas. Mencionou que a informação disponível indicava que a Câmara de Évora cumpriu esse procedimento até 2020, tendo deixado de o fazer desde então. Informou que o referido relatório seria aprovado na primeira reunião de maio, explicando que tal não sucederia no momento em curso por já ter encerrado o agendamento, mas sim na primeira reunião de maio, esperando-se depois fazer chegar o documento aos vários partidos e aos eleitos. Por fim, realçou que se tratava de uma prática que não estava instituída e para a qual não tinham sido alertados, assegurando que, a partir daquele momento, a mesma passaria a ser cumprida o mais rápido possível, concretamente na primeira reunião em que fosse possível proceder ao seu agendamento.

O Presidente da Câmara expôs que, de facto, é legalmente exigível aos Executivos apresentarem um relatório sobre os direitos de oposição e aprová-lo até março, dando depois conhecimento aos vários partidos e forças políticas. Segundo a informação que possuía, a Câmara de Évora fê-lo até 2020, tendo deixado de o fazer desde esse ano.
Mais informou que o Executivo iria aprovar o referido relatório na primeira reunião de maio, não na reunião seguinte àquela em que falava, por já ter fechado o agendamento, esperando depois fazê-lo chegar aos vários partidos e cumprir o eleito e admitiu ainda que, de facto, era uma prática que não estava instituída e para a qual não haviam sido alertados, mas assegurou que, a partir daquele momento, a iriam cumprir o mais rápido possível, concretamente na primeira reunião em que fosse possível o agendamento.

O deputado Henrique Troncho considerou que a moção partia de um equívoco, argumentando que a obrigação de apresentar o relatório não era à Assembleia Municipal, mas sim aos partidos políticos. Segundo o deputado, a Assembleia Municipal não tinha de receber qualquer relatório da Câmara sobre essa questão e, portanto, relativamente à Assembleia Municipal, não existia qualquer incumprimento e acrescentou que, se houvesse incumprimento, o Chega certamente teria dado por isso nos quatro anos decorridos. Questionou como era possível terem notado apenas naquele momento que não fora entregue em abril um relatório que deveria estar concluído no fim de março, sem que tivessem chegado a essa conclusão nos quatro anos precedentes. Parecia-lhe, por isso,

que o mês de gestão do PS incomodava mais o Chega do que os quatro anos de gestão da CDU e considerou também estranho o sucedido, referindo que quem devia queixar-se era de facto o Chega por não ter recebido o documento. Afirmou que o partido o deveria e poderia fazer junto da Câmara Municipal, onde receberia a resposta, ou junto dos outros partidos políticos. Mencionou a presença de um senhor deputado nacional para reforçar que, tanto quanto sabia, o Governo não entregava esse relatório à Assembleia da República. Referiu ainda o caso dos Açores, onde o Chega apoiou o Governo, manifestando a certeza de que na Assembleia Regional dos Açores não fora entregue nenhum relatório pelo Governo Regional sobre esta matéria. Assim, qualificou a apresentação daquela iniciativa como uma espécie de tomada de posição partidária sem qualquer sentido. O deputado sublinhou que, mesmo que o documento devesse ser enviado à Assembleia Municipal, seria caricato contestar a falta de apresentação durante o mês de abril de um relatório que tinha de estar concluído até 31 de março, desconhecendo-se inclusive se o mesmo não teria sido feito pela Câmara Municipal.
Por conseguinte, anunciou que votariam contra a moção, por não fazer qualquer sentido e por constituir uma tentativa de aproveitamento de uma situação sem qualquer relevância. Concluiu afirmando que não eram caixa de ressonância entre os partidos políticos e que, se o Chega se quisesse queixar, não deveria utilizar a Assembleia Municipal para apresentar a queixa.

O deputado Francisco Figueira referiu compreender os argumentos do deputado Henrique Troncho, considerando que este tinha razão ao afirmar que o relatório em causa não era devido à Assembleia Municipal, o que classificou como factual, acrescentando ter resultado claro da intervenção do Presidente da Câmara que se tratava de uma prática que não estava instituída, pelo que o documento não era apresentado à Assembleia Municipal, nem aos partidos, nem a mais ninguém. Nesse sentido, apontou tratar-se de uma má prática da Câmara Municipal, congratulando-se por esta vir a ser corrigida e informou que votariam a favor, sem qualquer juízo de valor relativamente à moção apresentada, reiterando tratar-se de um incumprimento que a Câmara vinha a cometer de forma reiterada e que, aparentemente, ninguém tinha identificado ao longo dos últimos anos, o que considerou evidente. De todo o modo, sublinhou ser de bom tom que a situação se corrigisse, assinalando que o Senhor Presidente já tinha afirmado que o faria. Concluiu referindo que, pela sua parte, votariam a favor por entenderem que o cumprimento da lei era necessário, ressalvando que se tratava apenas de uma recomendação e que o relatório não seria presente à Assembleia Municipal, mas sim aos partidos políticos.

O deputado Henrique Troncho referiu que o artigo 3.º estipula que são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo, bem como os partidos políticos representados nas Assembleias Legislativas Regionais e nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo e questionou como seria possível, de forma coerente, votar-se favoravelmente numa autarquia uma moção que chamava a atenção para um cumprimento e, na Assembleia da República, as mesmas pessoas não tomarem qualquer posição relativamente a um Governo que não estava há seis meses em funções, mas sim há muitos meses, e não tinha apresentado qualquer tipo de relatório. Considerou, por isso, que se tratava de uma obrigação e que, no fundo, existia uma certa hipocrisia naquela tomada de posição porque ou se condenava a Câmara, criticando o que classificou como uma tentativa de um comunicado necessário para o público que dava a ideia de que a autarquia cumpria algo muito importante, nomeadamente o respeito à oposição, ou se condenavam a Câmara, o Governo e os

Governos Regionais por não o fazerem, ou então estar-se-ia a atacar uma parte e a ignorar a outra, o que lhe pareceu um exercício de hipocrisia.

O deputado Francisco Figueira referiu que não existia hipocrisia absolutamente nenhuma, pois fora identificada uma lacuna e um incumprimento por parte da Câmara, tratando-se apenas de uma mera recomendação e que não via ali qualquer consideração de valor relativamente a essa questão. Salientou que o próprio Senhor Presidente da Câmara reconhecera que havia, de facto, uma questão que a Câmara não tinha como prática fazer, tendo já transmitido a todos e à cidade que iria adotar essa boa prática. Assim sendo, o deputado reiterou que não via ali qualquer juízo valorativo de censura, tratando-se de uma recomendação.

A deputada Raquel António referiu que era estreante naquelas andanças e que, talvez por isso, tinha solicitado várias informações acerca do assunto. Mencionou que, numa delas, o direito de oposição não pertencia apenas aos partidos políticos, surgindo uns parágrafos mais à frente que os eleitos da Assembleia Municipal também detinham esse direito. Explicou que o relatório não era, efetivamente, para ser apresentado à Assembleia, mas que, sendo do conhecimento de qualquer bancada ou partido político, o mesmo poderia ser colocado num ponto da ordem do dia para discussão. Afirmou estar em causa um elemento fundamental, legalmente obrigatório, tendo já sido detetado que, efetivamente, a Câmara Municipal não o elaborava há vários anos. Concluiu que se tratava, efetivamente, de uma recomendação para que todos estivessem em pé de igualdade, não vendo qualquer ideologia política na moção que foi apresentada.

O deputado José Figueira referiu que a gestão da CDU da Câmara Municipal publicou, de 2013 até 2020, os relatórios do direito da oposição no sítio na Internet da autarquia, cumprindo a obrigação legal. Foi acrescentado pelo deputado que, em virtude de no último mandato a CDU se ter encontrado em minoria e a oposição ter detido a maioria, terá sido por esse motivo que a oposição esteve à vontade para elaborar o referido relatório.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu a presente da Moção Pelo cumprimento do dever legal de apresentação do relatório do direito de oposição, a votação.

Deliberação da Moção Pelo cumprimento do dever legal de apresentação do relatório do direito de oposição.
Rejeitada por maioria, com 21 votos contra (13 do PS, 6 da CDU e 1 do MCE), 12 votos a favor (9 da AD - "Évora Tem mais Futuro" e 3 do CHEGA) e 1 abstenção do MICAZA) verificando-se 33 presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada do CHEGA que procedesse à apresentação Moção de pesar e preocupação.

A deputada Raquel António procedeu à leitura da Moção de pesar e preocupação, a qual se transcreve na íntegra.
"Tomámos conhecimento, com profunda preocupação e consternação, da recente agressão violenta a um estudante universitário, ocorrida no concelho, um acontecimento que chocou a comunidade local e académica.

Este episódio constitui um ato de violência inadmissível sobre um jovem, sendo também um alerta para as condições de segurança pública e o sentimento de tranquilidade que deve ser garantido a todos os habitantes e visitantes de Évora.
Querendo Évora afirmar-se como um espaço seguro, inclusivo e acolhedor, onde prevaleçam os valores do respeito, da convivência pacífica e da dignidade humana, situações como esta exigem uma resposta firme e coordenada das autoridades e instituições competentes.
Assim, a Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária, delibera:
1.Expressar o seu profundo pesar e solidariedade para com a vítima desta agressão, desejando-lhe uma rápida e plena recuperação;
2.Manifestar preocupação pelo ocorrido, sublinhando a necessidade de prevenção, combate e dissuasão a todas as formas de violência no espaço público, como p.e. com a implementação de câmaras de vídeo vigilância;
3.Incentivar o desenvolvimento de iniciativas de sensibilização e educação para a não violência, envolvendo a comunidade escolar, universitária e a sociedade civil;
4.Dar conhecimento da presente moção às entidades relevantes, incluindo instituições de ensino superior, forças de segurança e demais autoridades locais."

O deputado Henrique Troncho começou por referir que a moção em debate apresentava pontos com os quais a sua bancada concordava e outros dos quais discordava. Manifestou o total acordo do seu grupo parlamentar na condenação da agressão bárbara e violenta sofrida por um estudante universitário e por uma segunda pessoa que o tentou socorrer e reiterou a intenção de manifestar condenação, pesar e solidariedade para com os dois jovens agredidos, sublinhando que esta convicção era mais forte do que as reservas mantidas face ao restante documento, motivo pelo qual votariam favoravelmente a moção. Manifestou desacordo relativamente à insinuação de que Évora seria uma cidade insegura, defendendo que a cidade não o era e que este tipo de fenómenos ocorria em qualquer cidade, por mais segura que fosse. Rejeitou também a ideia de que a situação se resolvesse através do policiamento ou de uma espécie de "barriga parada" espalhada pela cidade, opondo-se ao modelo de securitarismo preconizado na moção. O deputado argumentou que o facto de um grupo agredir barbaramente um estudante e quem o tentava socorrer, sem qualquer justificação, se devia a uma cultura de ódio e de preconceito, que são essas causas que estão na origem do racismo, da violência de género, da homofobia e de outros fenómenos semelhantes, defendendo que é isso que deve ser erradicado. Por fim, sustentou que o aumento de medidas puramente securitárias nunca impediria a violência doméstica ou a violência de género, visto que estas ocorrem maioritariamente dentro das quatro paredes das casas das pessoas. Concluiu que a prioridade deveria ser o combate às causas profundas que levam os jovens a cometer este tipo de agressões bárbaras.

O deputado José Figueira começou por referir que não pretendia fazer das suas palavras as palavras do colega Henrique Troncho, membro daquela Assembleia. Afirmou que, seriamente, todos estavam contra esse tipo de violência, muitas vezes gratuita. Por esse motivo, condenou essa violência, tanto no que respeita às relações entre os jovens como a outras formas de violência já ali definidas, tais como a violência doméstica e a violência sobre as crianças, assuntos que seriam abordados de seguida. Considerou, enfim, que tudo isso constituía um fenómeno de uma sociedade que, como já tinha sido referido, se encontrava polarizada e que apelava, efetivamente, a comportamentos daquele género, os quais eram condenáveis. Contudo, apontou existirem partes da moção com as quais não estava de acordo, nomeadamente a situação de se colocar a cidade como sendo insegura, o que defendeu não corresponder à realidade. Por outro lado, manifestou a rejeição em

transformar a cidade no "Big Brother" da televisão, algo que também referiu não aceitar. Nesse sentido, reiterou a condenação da violência e, naquele caso em concreto, a condenação do que considerou ser fazer teatro. Lamentou que a referida moção não contemplasse uma questão essencial, designadamente a exigência do reforço do policiamento de proximidade, o qual teria desaparecido em quase todas as cidades. Criticou ainda o facto de se pretender transformar a videovigilância num policiamento de proximidade, defendendo que não deveria ser assim, mas sim apostar-se no reforço dos serviços policiais de proximidade e das esquadras de proximidade, aspetos que considerou importantes. Concluiu informando que iriam votar favoravelmente, tendo em conta o primeiro parágrafo.

O deputado Francisco Figueira considerou que, se tivessem sido eles a redigir aquela moção, não a teriam redigido nos exatos termos em que a mesma se encontrava advertida. Contudo, julgou que os fenómenos de violência eram cada vez mais frequentes. Referiu ser evidente que a cidade deles não era uma cidade perigosa, nem uma cidade que estivesse — estando muito longe de estar — entregue ao crime, mas que teriam de procurar, por assim dizer, contrariar um certo alarme social que esse tipo de fenómenos e, muitas vezes, casos pontuais que eram depois extrapolados para um ambiente social de polarização, isso sim, causavam em franjas significativas da sociedade sentimentos de insegurança e desconforto que se poderiam transformar noutro tipo de situações. E, portanto, afirmou que votariam favoravelmente aquela moção por entenderem que o espírito em que a mesma era redigida era um espírito no qual se reviam. Não pôde deixar de notar que tinha passado, no dia 5 de março, aquela famigerada reunião da Câmara Municipal em que se debatera o tema da videovigilância e em que os partidos de esquerda entenderam, no caso do Partido Socialista, abster-se, e a CDU votar contra, aliás, dentro daquilo que tinha sido a posição coerente que tinha tido quanto a isso, à videovigilância. O deputado julgou que as zonas de maior incidência de crime, as zonas de maior frequência de pessoas, de maiores ajuntamentos, precisavam, e em todas as cidades da Europa tinham recurso a mecanismos de videovigilância, aliás, as zonas críticas das cidades deles e das respetivas infraestruturas eram sujeitas a videovigilância. Indicou que as infraestruturas, as pontes, as bombas de gasolina, as portagens, eram mecanismos que não tinham nada a ver com o *Big Brother*, nem com a intrusão indevida na vida das pessoas, sendo uma cedência que a sociedade fazia para se poder defender dos fenómenos de violência e dos fenómenos de vandalismo. Afirmou ser isso e apenas isso que estava em causa, e aproveitou a ocasião para salutar, por assim dizer, a evolução da posição do Partido Socialista quanto ao tema da videovigilância, a qual fora uma evolução feita a partir das últimas eleições autárquicas e que julgou ir no sentido certo, não daquilo que as pessoas pretendiam na cidade, mas no sentido certo da história.

O deputado Henrique Troncho esclareceu que se tratava apenas de dissipar um eventual equívoco, afirmando que não eram contra a videovigilância, que entendiam que esta deveria ser utilizada onde fosse necessário, não sendo favoráveis a uma proliferação sem critério de câmaras por todo o lado, o que considerou ser algo completamente diferente

A deputada Raquel António esclareceu que não tinha sido intenção do seu grupo proferir afirmações no sentido de que Évora seria uma cidade insegura. Mais referiu que, salvo erro de leitura, tinha sido escrito que Évora pretendia afirmar-se como um espaço seguro, não se verificando aí qualquer contradição.
Nesse sentido, lançou um repto à Assembleia Municipal, expressando, de coração aberto, o desejo de que se pudesse redigir uma moção conjunta, caso alguém considerasse que

algum pormenor, parágrafo, ponto ou vírgula não estaria correto. Explicou que, efetivamente, a base da moção e a motivação principal consistiam em fazer um alerta.
Justificou a inclusão da questão das câmaras de videovigilância por haver a perfeita noção de que não existiam efetivos policiais suficientes, nem nos anos seguintes se viria a dispor de recursos para o policiamento de proximidade de outrora. Garantiu que os sistemas de videovigilância em circuitos de câmara fechados não são "BigBrothers", existem entidades que são obrigadas por lei a dispor destes sistemas, não se fazendo "BigBrothers" em farmácias, ourivesarias e bombas de gasolina.
Concluiu afirmando ver na moção uma oportunidade para lançar um alerta e, conforme também constava no documento e não havia sido mencionado por ninguém, um incentivo a iniciativas de sensibilização e educação, de modo a evitar a repetição de tais situações, 12 falando por si, pelos seus filhos e por todas as gerações vindouras.

Concluiu afirmando ver na moção uma oportunidade para lançar um alerta e, conforme também constava no documento e não havia sido mencionado por ninguém, um incentivo a iniciativas de sensibilização e educação, de modo a evitar a repetição de tais situações, falando por si, pelos seus filhos e por todas as gerações do mundo.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu a Moção de pesar e preocupação, a votação.

Deliberação da Moção de pesar e preocupação.
Aprovada por unanimidade, verificando-se 33 presenças.

Declaração de Voto do deputado Henrique Troncho:
"Votei favoravelmente a moção de pesar e preocupação pela bárbara agressão de que foi vítima um estudante universitário em Évora, perpetrada por um grupo inqualificável em coerência com os valores que prefiro. Faço votos para que a Justiça, não podendo, infelizmente, melhorar o sofrimento do agredido, tenha a mão pesada para os agressores. Solidarizo-me com a vítima e também com quem a tentou ajudar e acabou agredida da mesma forma. Aproveito para repudiar, veementemente, todo o tipo de violência física, moral ou psicológica exercida por pessoas, grupos ou Estados, sob outras pessoas, grupos ou Estados, muitas vezes em nome de uma abominável, ridícula e pretensiosa superioridade moral, étnica, cultural ou religiosa. E repudio ainda mais a promoção de uma cultura de ódio e preconceito, geradora de misoginia, xenofobia, homofobia e racismo. É essa cultura de ódio e preconceito que devemos combater, porque é erradicando as causas que os fenómenos se combatem. Como bem diz o povo, mais vale prevenir do que remediar."

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada do CHEGA que procedesse à apresentação do Voto de Louvor ao grupo musical Vizinhos.

A deputada Raquel António procedeu à leitura do Voto de Louvor ao grupo musical Vizinhos, a qual se transcreve na íntegra.
"A Assembleia Municipal de Évora vem, pelo presente, expressar um voto de louvor ao grupo musical Vizinhos.
David Mendonça, Francisco Cartaxo, Tomás Cartaxo e Miguel Brites que depois de uma passagem pelo Grupo Académico Seistetos decidiram levar a sua música mais longe e apostar num percurso próprio, merecem o nosso reconhecimento pela conquista do "Prémio Play - Canção do Ano", uma distinção de elevado prestígio no panorama musical português.

Os Prémios Play - Prémios da Música Portuguesa - constituem uma das mais relevantes iniciativas de valorização e reconhecimento da criação artística nacional, distinguindo anualmente projetos e artistas que se destacam pela sua qualidade, inovação e impacto cultural. A atribuição deste prémio resulta de um processo de seleção rigoroso, que envolve profissionais do setor musical, refletindo o mérito artístico e o reconhecimento pelos pares.

A vitória dos Vizinhos assume particular significado por se tratar de um grupo formado por jovens de Évora, cuja dedicação, talento e criatividade projetam o nome do concelho a nível nacional. Este reconhecimento evidencia não só a qualidade do trabalho desenvolvido, mas também a vitalidade cultural da juventude eborense, constituindo um motivo de orgulho para toda a comunidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Évora delibera:

1.Louvar publicamente o grupo musical Vizinhos pela conquista do Prémio Play;

2.Reconhecer o seu contributo para a promoção da cultura e da música portuguesa;

3.Enaltecer o exemplo que representam para os jovens do concelho, incentivando a participação ativa na vida cultural e artística.

Mais delibera que o presente voto seja dado a conhecer aos visados e divulgado nos meios institucionais do Município."

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver pedidos de intervenção, submeteu o Voto de Louvor ao grupo musical Vizinhos, a votação.

Deliberação do Voto de Louvor ao grupo musical Vizinhos.
Aprovada por unanimidade, verificando-se 33 presenças.

Declaração de Voto

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada do CHEGA que procedesse à apresentação do Voto de Louvor ao atleta José Ferra e treinador Manuel Pacheco.

A deputada Raquel António procedeu à leitura do Voto de Louvor ao atleta José Ferra e treinador Manuel Pacheco, a qual se transcreve na íntegra.

"Assembleia Municipal de Évora, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2026, delibera aprovar um voto de louvor ao estudante-atleta José Ferra, da Universidade de Évora, bem como ao seu treinador Manuel Pacheco, pelo relevante mérito desportivo que eleva o nome da cidade de Évora.

No passado dia 21 de março, na Covilhã, o atleta sagrou-se Campeão Nacional Universitário de Kickboxing, na vertente K1, categoria -60 kg, alcançando um feito de elevado prestígio que dignifica não só o seu percurso pessoal e académico, mas também projeta o nome de Évora e da sua Universidade no panorama desportivo nacional.

Este resultado é fruto de um trabalho contínuo, pautado pela dedicação, disciplina, resiliência e espírito de superação, valores que enobrecem a prática desportiva e constituem um exemplo inspirador para a comunidade jovem e académica do concelho.

É igualmente justo destacar o contributo do treinador Manuel Pacheco, cujo acompanhamento técnico, rigor e capacidade de orientação foram determinantes para a evolução e sucesso alcançado pelo atleta, evidenciando a importância do trabalho conjunto entre atleta e treinador.

A conquista deste título representa um motivo de orgulho para o concelho de Évora, reforçando a importância do investimento no desporto e na formação integral dos jovens, bem como o papel das instituições locais na promoção de talentos de excelência.

Assim, a Assembleia Municipal de Évora expressa o seu público reconhecimento e congratulação a José Ferra e a Manuel Pacheco, saudando o seu desempenho exemplar e formulando votos de continuação de êxitos pessoais, académicos e desportivos.
Mais delibera que o presente voto seja dado a conhecer aos visados e divulgado nos meios institucionais do Município."

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu o Voto de Louvor ao atleta José Ferra e treinador Manuel Pacheco, a votação.

Deliberação do Voto de Louvor ao atleta José Ferra e treinador Manuel Pacheco.
Aprovada por unanimidade, verificando-se 33 presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada da CDU que procedesse à apresentação do Voto de Pesar Rui Nuno.

O deputado José Russo procedeu à leitura do Voto de Pesar Rui Nuno, a qual se transcreve na íntegra.
"Rui Nuno foi um homem da cidade com uma infinita generosidade e profundamente apaixonado pelo seu trabalho. Deixou-nos no dia 23 de Abril após um longo período de luta contra a doença que o vitimou. Natural da Guarda, chegou a Évora em meados dos anos oitenta do século passado para realizar a sua formação de Actor, depois da sua experiência como amador de teatro.
Em 1988 ingressou na companhia do Centro Dramático de Évora, e construiu um percurso artístico profundamente ligado à companhia, onde, ao longo de mais de três décadas, trabalhou com diversos encenadores e integrou inúmeras criações que marcaram a história da companhia e do teatro em Portugal.
Para além do seu trabalho como Actor, destacou-se também como encenador, nomeadamente com os espetáculos "Antes de Começar" de Almada Negreiros e "História Breve da Lua" de António Gedeão, bem como pela sua intervenção noutras iniciativas de formação e criação artística.
A sua enorme facilidade na relação com os textos rapidamente o levou a participar em muitas sessões de poesia e em leituras públicas de muitos outros textos.
Rui Nuno tinha também uma profunda paixão pela rádio, que se traduziu em muitas colaborações com as Rádios Locais, a sua derradeira intervenção decorreu na Rádio Diana e na Rádio Telefonia do Alentejo com o programa "Cera nos ouvidos".
A Assembleia Municipal, reunida a 27 de Abril 2026, aprova este voto de pesar pelo falecimento de Rui Nuno, cidadão que escolheu a nossa cidade para viver e que a ela se dedicou generosamente, com um minuto de silêncio, associado ao Voto de Pesar."

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu o Voto de Pesar Rui Nuno, a votação.

Deliberação do Voto de Pesar Rui Nuno.
Aprovada por unanimidade, verificando-se 33 presenças.
Procedeu-se ao minuto de silêncio.

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada da AD - "Évora Tem mais Futuro" que procedesse à apresentação do Voto de Louvor ao atleta Rodrigo Socorro – CRE.

O deputado Tomás Lavoura procedeu à apresentação do Voto de Louvor ao atleta Rodrigo Socorro - CRE, a qual se transcreve na íntegra.

"O atleta Rodrigo Socorro do Clube de Rugby de Évora, foi convocado para a Seleção Nacional Portuguesa de Rugby Sub-20, tendo já participado num jogo frente à Seleção Nacional de Espanha.

Este momento constitui um justo reconhecimento do mérito e da dedicação do atleta, sendo também um reflexo direto do trabalho de excelência do departamento de formação do Clube de Rugby de Évora, que tem vindo a afirmar-se como uma instituição de referência no nosso panorama desportivo local.

A convocatória de Rodrigo Socorro para representar Portugal, é motivo de orgulho para o concelho de Évora, projetando o nome da cidade e do seu movimento associativo desportivo no plano nacional e internacional e reforçando a importância do investimento municipal no desporto de formação.

A Assembleia Municipal de Évora delibera atribuir um voto de louvor ao atleta Rodrigo Socorro e reconhecer publicamente o trabalho desenvolvido pelo Clube de Rugby de Évora na formação de jovens atletas."

O deputado Paulo Ribeiro começou por congratular todos os presentes com a recente inauguração da sede do Clube de Rugby de Évora. Salientou que a intervenção não só permitiu reaproveitar um edifício que se encontrava desqualificado e ao abandono, como também serviu para conferir dignidade a um clube com muita história na cidade. Manifestou ainda os seus desejos de muitas mais vitórias para o clube e de que este usufrua da melhor forma da sua sede. Por fim, declarou que votaria favoravelmente.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu Voto de Louvor ao atleta Rodrigo Socorro - CRE, a votação.

Deliberação do Voto de Louvor ao atleta Rodrigo Socorro - CRE.
Aprovada por unanimidade, verificando-se 33 presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à bancada da AD - "Évora Tem mais Futuro" que procedesse à apresentação da Moção Valorizar o Trabalho, o Diálogo e a Concertação Social.

O deputado Francisco Figueira procedeu à apresentação da Moção Valorizar o Trabalho, o Diálogo e a Concertação Social, a qual se transcreve na íntegra.

"O 1.º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador - É uma data de forte significado histórico, social e político, que recorda as lutas pela dignidade no trabalho, pela defesa dos direitos laborais, e pela valorização das pessoas que, com o seu esforço diário, fazem avançar a sociedade e a nossa economia.

Num tempo marcado por profundas transformações na sociedade e no mercado de trabalho e pela acelerada evolução tecnológica, por desafios demográficos e pela necessidade de atrair e fixar talento, é indispensável reafirmar o papel central do trabalho como fator de coesão social, progresso económico e desenvolvimento sustentável.

A concertação social e o diálogo entre todos os agentes económicos, constituem instrumentos essenciais para a construção de soluções equilibradas, estáveis e duradouras. Só através da negociação e do compromisso é possível conciliar a valorização dos trabalhadores com a competitividade, promovendo um modelo de desenvolvimento justo e mais inclusivo, capaz de sustentar uma economia sólida e justa que distribua mais riqueza.

Num contexto em que persistem desigualdades socias e desequilíbrios salariais, situações de precariedade e obstáculos à plena valorização do mérito e da qualificação, importa reforçar uma cultura de responsabilidade, cooperação e respeito mútuo entre trabalhadores e empregadores.
A Assembleia Municipal de Évora delibera:
1.Assinalar o 1.º de Maio como momento de homenagem a todos os trabalhadores e de reafirmação da importância do trabalho digno.
2.Reconhecer a concertação social como pilar fundamental da estabilidade económica, da paz social e do desenvolvimento económico sustentável.
3.Reforçar a importância do diálogo entre trabalhadores e empregadores, como caminho privilegiado para a resolução de conflitos e para a construção de consensos duradouros.
A Assembleia Municipal de Évora reafirma o seu compromisso com uma sociedade mais justa, mais coesa e mais próspera, onde o desenvolvimento económico caminhe lado a lado com a dignidade do trabalho e com a valorização de quem diariamente contribui para o futuro do concelho e do país."

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, submeteu a Moção Valorizar o Trabalho, o Diálogo e a Concertação Social, a votação.

Deliberação da Moção Valorizar o Trabalho, o Diálogo e a Concertação Social.
Aprovada por unanimidade, verificando-se 33 presenças.

Declaração de Voto CDU:
"A CDU votou favoravelmente a moção em causa, justificando que a mesma, de forma bastante consensual, abordava o diálogo, a concertação social e a paz social, e que todo o conteúdo ali expresso era respeitável. Foi, no entanto, assinalado que o diabo residia nos detalhes e na forma como essas ideias elevadas acabavam por não ser levadas à prática na governação do dia a dia, o que, infelizmente, terá ocorrido ao arrepio de práticas recentes do governo."

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, deu início ao Período da Ordem do Dia.

III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Audição da Senhora Presidente da CPCJ de Évora

A Dra. Ana Luísa Boto apresentou o Relatório de 2025, o qual faz parte integrante da presente Ata.

A deputada Ana Beatriz Cardoso referiu que, juntamente com a Dr.ª Ângela Caeiro, eram duas das quatro representantes da Assembleia Municipal que faziam parte da Comissão Alargada da CPCJ de Évora. Mencionou que a Comissão Alargada integrava uma rede alargada de parceiros, conforme indicado pela Dr.ª Ana Luísa Boto, estando ali representadas entidades de todo o tipo, inclusivamente a própria Fundação Eugénio de Almeida, entidades desportivas, entidades com intervenção direta na área social e todas aquelas cuja atividade se relacionava com o objeto e a atividade da CPCJ.
Relativamente à sua experiência na Comissão Alargada, descreveu-a como tendo sido sempre muito viva. Explicou que as reuniões eram mensais e que, para além do conhecimento dos dados apresentados, era aprovada uma proposta de atividades para cada

ano. Destacou que nessas reuniões se fazia muita prevenção, sendo pensadas atividades de todo o tipo, nomeadamente de sensibilização, iniciativas entre os parceiros, seminários, encontros e até atividades de âmbito cultural. Afirmou que a comissão constituía um espaço muito vivido da própria cidade e que quem não a integrava não tinha a noção do muito que ali se passava, considerando as reuniões um dos espaços mais interessantes da cidade pelo tipo de debates e conteúdos abordados.

Considerou muito preocupante o que fora ali trazido e descrito em relação aos últimos anos, apontando que a violência estava em todo o lado. Notou também que fazer parte da Comissão Alargada permitia ter um conhecimento da cidade, dos bairros e das escolas que, de outra maneira, não se teria. Informou que, no seio da CPCJ e em articulação com a própria Câmara Municipal, tinham decorrido reuniões de um grupo informal denominado "Grupo da Violência", onde tinham surgido muitas iniciativas e um compromisso de intervenção, designadamente no que respeitava aos próprios agressores, em articulação com os magistrados judiciais do Ministério Público. Ressaltou que estava a ser desenvolvido um trabalho muito grande que não se encontrava totalmente espelhado nos diapositivos apresentados, o qual merecia um grande louvor, corporizado na figura da Presidente, Dr.ª Ana Luísa Boto, pela grande dinâmica que tinha imprimido ao funcionamento e à atividade da CPCJ.

Concluiu que não havia vagar, dado que as situações relacionadas com as crianças e os acontecimentos em curso eram muito graves, classificando a questão dos abusos sexuais e a ciberviolência como algo gravíssimo. Alertou para a ocorrência de situações horrorosas no quotidiano e, corroborando as palavras da Dr.ª Ana Luísa Boto, referiu que, enquanto mãe, reconhecia a existência de realidades desconhecidas, reiterando a necessidade de haver mais vagar para a ocupação com todas estas questões, através do reforço de equipas, de mais tempo para as medidas e de mais meios. Por fim, em seu nome e manifestando representar a sua bancada, expressou os parabéns e felicitou pelo trabalho realizado, afirmando que o sucesso da comissão seria também o de todos.

A deputada Elmina Lopes começou por fazer um breve comentário à apresentação, agradecendo à doutora Ana Luísa Boto, de quem destacou o habitual rigor e a forma como apresentou situações que considerou gravíssimas no Conselho. Referiu que, embora pessoalmente não estivesse muito próxima dessa realidade, existia a perceção de que os meios eram escassos, insuficientes e que careciam de mais técnicos.

Contudo, a deputada sublinhou que a situação constituía também um problema da sociedade, defendendo que uma harmonização social e melhores condições de trabalho para as famílias poderiam, estatisticamente falando e sem visar casos individuais, mitigar alguns desses problemas. Reafirmou que, para o seu grupo, os direitos das crianças eram para valer, defendendo a ideia de que a criança é, ela própria, um cidadão com direitos próprios, devendo a preocupação centrar-se no seu interesse máximo.

A deputada reiterou que uma sociedade bem organizada e humanizada mitigaria tais problemas, manifestando preocupação com o facto de estas realidades estarem associadas a baixos rendimentos e a horários desregulados dos pais. Apontou que este cenário se refletia no facto de Portugal ser um dos países com mais baixa natalidade na Europa e no mundo, uma vez que os cidadãos não encaravam com otimismo o futuro, a parentalidade e o cuidado dos filhos. Neste âmbito, remeteu para o papel do Estado e para o que se encontra previsto na Constituição — que nesse ano celebrava 50 anos —, apontando a falta de infraestruturas sociais e de um investimento efetivo na proteção social e no apoio às famílias, nomeadamente as monoparentais, maioritariamente femininas. Apontou a escassez de vagas, inclusive gratuitas, em creches, defendendo que estes problemas se resolviam com investimento público, designadamente através da criação de uma rede pública de creches que colmatasse as insuficiências vividas pelas crianças.

Adicionalmente, referiu a falta de uma rede de transportes eficaz que conferisse autonomia aos jovens mais velhos. Considerou dramático ver os jovens dependentes do telemóvel e a deslocarem-se de carro para a escola, desembarcando apenas em frente ao portão após filas de trânsito, criticando a falta de condições para a autonomização dos jovens no uso de transportes públicos e salientou ainda as insuficiências do Serviço Nacional de Saúde no apoio psiquiátrico e psicológico, bem como em áreas da saúde em geral, exemplificando com a saúde oral, que classificou como outro drama associado às crianças alvo de intervenção.
Por fim, afirmou que a situação era acompanhada com muita preocupação e fez notar que a existência de 30 sinalizações no Centro Histórico, em comparação com as 62 registadas no Bacelo e Senhora da Saúde, sugeria que o Centro Histórico configurava um caso grave. Concluiu que este território parecia albergar população empobrecida, pelo que a referida proporção denotava a necessidade de olhar para o Centro Histórico como um local de intervenção e de preocupação máxima, ressalvando que este aparte não retirava substância a tudo o que havia sido exposto.

A deputada Ângela Caeiro sublinhou que foi especialmente gratificante intervir sobre o relatório anual da CPCJ de Évora e tal como a Doutora Ana Beatriz Cardoso referira, a bancada estava na Comissão Alargada há vários anos e foi com preocupação que viu um esforço cada vez maior da Comissão Restrita para dar resposta a um aumento tão grande de casos e de casos tão complexos. Mencionou que a CPCJ de Évora fizera um grande trabalho de divulgação e de prevenção junto das escolas, das famílias e da comunidade, o que certamente contribuíra para o aumento de denúncias, uma vez que as pessoas estavam mais despertas para as situações de perigo, considerando isso muito positivo.
Apontou que faltavam, como ali já fora dito, recursos humanos e faltavam melhorias aos recursos humanos que já existiam para darem resposta atempadamente a tantos casos. Contudo, frisou que também faltava uma coisa muito importante, que era uma sede em condições, visto que a sede atual da CPCJ de Évora tinha apenas uma sala. Defendeu ser necessária uma sede com várias salas, para que vários casos fossem atendidos ao mesmo tempo e para que fosse respeitada a privacidade de cada um. Referiu ainda que essa situação fora reportada ao anterior Executivo várias vezes e não se obtivera nenhuma solução. Posto isto, em seu nome e também em nome da bancada da AD, recomendou à Câmara Municipal que procurasse ativamente um espaço que desse mais condições de trabalho à CPCJ de Évora. Por fim, quis enaltecer o trabalho da Comissão Restrita através da sua Presidente, Doutora Ana Bote, pois, com muito poucos recursos, tinham feito mesmo um trabalho meritório pelas crianças e pelos jovens do concelho.

A Dra. Ana Luísa Boto agradeceu as palavras proferidas, salientando que, por fazerem parte da Comissão alargada, os intervenientes se encontravam em vantagem, dado terem acompanhado os últimos cinco anos também enquanto Presidente e deterem pleno conhecimento do trabalho desenvolvido. Referiu, na linha do que fora mencionado por Ana Beatriz, que seria impossível enumerar tudo o que era realizado, pois a intervenção prolongar-se-ia no tempo. Contudo, ressalvou que a Comissão fazia parte de todos os grupos de trabalho, fazendo a própria questão de estar presente em todos eles ou, na sua impossibilidade, fazendo-se substituir por outro comissário, tendo já sido necessário distribuir essa responsabilidade internamente. Mais detalhou que, no âmbito das reuniões de classe, integraram o Plano de Desenvolvimento Social, constando no capítulo 2 dedicado às crianças e jovens, com todas as propostas apresentadas e cuja contribuição para a respetiva escolaridade foi conseguida a 100%. Adicionalmente, informou que faziam parte do núcleo da garantia para a infância, dispondo de um plano de atividades riquíssimo e dinâmico. Indicou ainda a integração na rede municipal de violência, na

RIDE, no consórcio escolhas e no CLDS, entre outros grupos de trabalho, sublinhando que eram os mesmos técnicos a partilhar os mesmos problemas e constrangimentos, na constante tentativa de encontrar soluções. Relativamente à questão da creche e dos horários, a oradora transmitiu à Senhora Deputada que a Segurança Social tinha vindo a desenvolver um trabalho de monitorização no sentido de alargar os horários de entrega das crianças, os quais passaram para as sete horas da manhã e, nalguns casos, até às dezanove horas e trinta minutos, precisamente para permitir a conciliação entre a família e a criança. Todavia, salvaguardou que não era objetivo que as crianças permanecessem doze horas num equipamento educativo. Concluiu referindo que se estava a trilhar um caminho e que o facto de o território não ser muito grande nem muito pequeno auxiliava na conciliação de esforços.

A deputada Maria de Lurdes Brito referiu que o que ia dizer já não faria muito sentido e seria redundante, em virtude do que se tinha perpassado na apresentação da doutora Ana Boto, que faziam muitíssimo com muito poucos recursos. Mais acrescentou que, como docente, tinha acompanhado durante toda a sua vida a CPCJ e via como era importante que os diferentes governos tivessem tido um olhar diferenciado para a falta de recursos humanos, porque não era possível atender-se tanta gente, em tempo útil e com uma necessidade tão premente, com a escassez de recursos que a comissão tinha. Considerou que era uma recomendação muitíssimo importante a fazer-se e um apelo para que houvesse um olhar diferenciado para a CPCJ, concluindo que as crianças não esperavam e não podiam esperar.

O deputado Henrique Troncho começou por felicitar a doutora Ana Boto pela qualidade e pela clareza da exposição realizada. Felicitou igualmente a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), precisamente pelo que havia sido dito, sublinhando que, através de um trabalho em rede e coordenado, a instituição conseguia fazer muito com poucos recursos. Considerou, contudo, que esse tipo de trabalho poderia dar um salto qualitativo importante se existisse uma dotação de meios. Referiu ser indiscutível a falta de meios na CPCJ, uma situação crónica que não tem registado grandes melhorias. Assim, apontou que o volume de trabalho é substancial, mas que os resultados poderiam ser superiores caso houvesse outro tipo de recursos humanos, bem como equipamentos com maior qualidade. Acrescentou ser absolutamente incrível a inexistência de condições de trabalho adequadas, realçando que se trata de uma atividade que exige grande privacidade, nomeadamente na realização de entrevistas com as pessoas, as quais não deveriam ser expostas, sendo impossível que tal não aconteça nas condições em que a comissão atua. Por fim defendeu que a natureza do trabalho, o público-alvo abrangido e os resultados a obter exigem que todos os parceiros que integram a CPCJ, quer a Câmara Municipal, quer os serviços públicos ou as instituições, estejam cientes de que é possível dar um salto muito qualitativo numa área social fundamental e importante, direcionada sobretudo para as crianças e para os jovens. Apelou, por isso, a que fosse feito um grande esforço por parte de todos no sentido de assegurar, pelo menos, determinadas condições.

A deputada Raquel António agradeceu à doutora a exposição que esta realizara. Referiu que, em resumo, cada um daqueles números era alarmante, por se tratar de uma criança e por, por trás dela, existir uma família. Pediu desculpa pela sua emoção, justificando que aquele era um assunto que a tocava particularmente, e fez questão de deixar expresso o seu agradecimento.

A Dra. Ana Luísa Boto começou por pedir desculpa, defendendo que os responsáveis pelas crianças do concelho em causa eram todos os cidadãos, tanto os que ali se encontravam presentes como os que estavam em casa. Justificou a afirmação explicando que o que se passa na infância não fica na infância, uma vez que esta é o chão que se pisa a vida inteira. Reiterou que todos eram responsáveis, todos eram educadores, todos estavam próximos, todos ouviam, todos olhavam e todos podiam participar e colaborar, dependendo a situação de toda a comunidade. Acrescentou que, como costumava dizer, o Concelho dispunha de apenas 7.500 crianças, de acordo com os censos de 2021, por conseguinte era necessário cuidar de todas, proteger todas e que não se podia deixar nenhuma para trás.

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que, naquela audição, a Senhora Diretora da CPSJ causara um enorme impacto emocional, sendo difícil ficar indiferente. Expressou um profundo agradecimento à Senhora Doutora Ana Luísa Boto pela intervenção, audição e exposição realizadas e que, apesar de ter sido partilhada apenas uma pequena parte resumida, a apresentação efetuada permitia antever o alarme que a situação representava para a sociedade.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção passou ao Ponto 2.

2. Audição da Senhora Presidente da Associação Évora27

A Dra. Maria do Céu Ramos fez a apresentação do trabalho desenvolvido e a desenvolver, o qual faz parte integrante da presente Ata.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Dra. Maria do Céu Ramos pela sua excelente exposição, qualificando de colossal o que fora apresentado e referindo que os presentes estariam certamente a digerir a intervenção, devido à grande quantidade de informação fornecida, a qual ultrapassara muito o que se poderia imaginar estar a ser planeado. Manifestou ser um grande prazer saber que a Capital Europeia da Cultura estava em boas mãos e em franco desenvolvimento, explicando que, perante algum silêncio, existia sempre a suspeita de que as coisas não corressem bem, dadas as ocorrências de muitos atrasos. Acrescentou que, apesar de sobre esse projeto global pesar a suspeição de que os atrasos verificados pudessem vir a prejudicar a sua execução, a exposição realizada deixara, certamente, os presentes muito mais sossegados.

O deputado Francisco Brito saudou a apresentação efetuada, sublinhando o trabalho desenvolvido após um processo complexo, o qual já tinha sido discutido na Assembleia várias vezes e em diversos fóruns. Considerou positivo constatar a existência de uma equipa a trabalhar com qualidade para o sucesso do Évora 27 na Valorização do Património e Infraestruturas do Centro Histórico. O deputado saudou especialmente a motivação, o interesse e o trabalho demonstrados por duas estruturas localizadas no Centro Histórico, o Convento Novo (Convento de São José da Esperança), uma estrutura há muito abandonada, com um potencial arquitetónico incrível. Mencionou que, embora a Senhora Presidente não tivesse abordado especificamente o programa previsto para o local, estimava que este fosse semelhante ao defendido pela Junta de Freguesia a criação de um espaço cultural multidisciplinar que responderia à grande necessidade sentida pelas associações de Évora de disporem de um local para desenvolverem a sua atividade artística. Reiterou a opinião, já transmitida ao anterior Presidente da Câmara Municipal, de que seria um erro transformar o edifício em compartimentos e escritórios, defendeu

que a nave, pela sua área significativa, reunia condições para ser um espaço multidisciplinar focado na capacidade expositiva, colmatando a escassez de espaços amplos na cidade, além de poder acolher pequenos congressos e outros espetáculos.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente aos Celeiros, qual seria o modelo de gestão do espaço após a reabilitação e se as associações que dali saíram iriam ou não regressar. Informou ter reunido com duas dessas associações, que manifestaram preocupação face a um futuro incerto, uma vez que não tinha sido veiculado qualquer compromisso ou contratualização por parte da Câmara Municipal, pelo que considerou fulcral um esclarecimento cabal. O deputado recuperou a expressão "memória dos visitantes", utilizada pela Senhora Presidente, para sublinhar que, embora essa fosse uma preocupação natural, era fundamental acautelar a realidade dos habitantes e manifestou preocupação pelo facto de a matéria ter sido pouco discutida, referiu ter reunido com o Senhor Presidente da Entidade Regional de Turismo, a quem transmitiu a urgência de, durante o ano de 2026, calendarizar no terreno a relação entre visitantes e habitantes. Alertou para a possibilidade de momentos de tensão, dado que os munícipes sentiam falta de informação sobre os acontecimentos, os fluxos esperados e os problemas que poderiam surgir, sugerindo que a Associação poderia já ter efetuado esse levantamento, urgindo ao diálogo célere para mitigar os impactos negativos e garantir que os habitantes sentissem a Capital Europeia da Cultura como sua. Concluiu lembrando que, sendo a Capital Europeia da Cultura um evento do Alentejo, o Centro Histórico de Évora seria o grande epicentro. Explicou que, mesmo que alguns eventos específicos ocorressem noutros locais, os visitantes convergiriam para o Centro Histórico para visitar o espaço monumental ou usufruir da restauração, que ali apresenta a maior densidade da região. Reforçou, por isso, a necessidade urgente de preparar esta matéria para que os habitantes também sentissem que o Évora 27 seria um sucesso.

O deputado José Russo iniciou a sua intervenção com uma nota breve, sublinhando a importância da situação em análise. Começou por agradecer à Dra. Maria do Céu a apresentação realizada, destacando, sobretudo, a forma e o entusiasmo demonstrados na sua exposição. Classificou esse entusiasmo como algo extraordinário, observando que, por acompanhar o processo desde o início. inclusive num momento anterior à designação como Capital Europeia da Cultura., tal atitude foi percetível em todas as etapas. Relembrou o percurso desde a tomada de decisão, a relevância da candidatura, o desenvolvimento da mesma e o sentimento vivido na cidade aquando da seleção de Évora para Capital Europeia da Cultura. Adicionalmente, fez referência ao entusiasmo que a anterior equipa de missão dedicou a todo o processo e que procurou transmitir nas diversas intervenções junto do tecido cultural e social da cidade, constatando que, decorrido este período e independentemente dos acontecimentos que tiveram lugar, os responsáveis da Capital Europeia da Cultura mantinham o mesmo entusiasmo, conforme demonstrado na respetiva intervenção, facto que se revelou extremamente importante e demonstrativo de que existem acontecimentos que exigem o envolvimento de todos. Reconheceu a existência de preocupações diversas entre os intervenientes, encarando essa pluralidade como algo positivo e fundamental para a construção da democracia e para o desenvolvimento das atividades, com vista à obtenção dos melhores resultados possíveis. Manifestou, individualmente, algumas preocupações, as quais referiu terem sido também abordadas pela Dra. Maria do Céu. Destacou o facto de, apesar da satisfação generalizada com a Capital Europeia da Cultura, a cidade continuar a sua existência após o término do evento, salientando a importância do legado substancial que a Capital Europeia da Cultura deixará em Évora e na região, mencionando a valorização da atividade dos agentes locais, a necessidade de reforçar estruturas, de criar novos espaços e de promover um conjunto

de dinâmicas há muito identificadas por quem reside na cidade. Apontou que a cidade carecia de um conjunto de equipamentos, entre outros aspetos, e realçou que uma Capital da Cultura constitui um momento único na vida de uma cidade, estimando que o evento não se repetirá nas próximas duas gerações, por isso, a necessidade de se cumprir esse propósito numa região com uma singularidade própria, marcada pelo conceito do "vagar", garantindo que, após o ano de 2027, que anteviu brilhante, a região possa dispor de condições que até então não possuía, manifestando esperança e determinação no contributo da Capital da Cultura para esse fim. Concluiu a sua intervenção com um pedido, em jeito de nota crítica, para que não se excluísse a atividade já desenvolvida pelos agentes locais e alertou para o facto de o volume de atividade previsto poder vir a anular as iniciativas existentes, aspeto que considerou premente salvaguardar. Sustentou que a vida cultural, social e artística de Évora não se iniciou no presente, possuindo um historial longo que importa valorizar, sob o risco de, caso se proceda à anulação do tecido já existente, a cidade ficar desprovida de património cultural após o encerramento do evento.

A deputada Cláudia Pereira, não pretendendo ser repetitiva, referiu que o entusiasmo demonstrado era contagiante, mas salientou que as inquietações eram igualmente consideráveis, talvez tão grandes quanto o próprio entusiasmo e com base na última intervenção de deputado José Russo, focou-se no período pós-2027, manifestando confiança em relação ao ano de 2027, mas lembrando que os presentes permaneceriam em funções, se tudo corresse conforme o previsto, até 2029. Do mesmo modo que deputado José Russo abordou a questão do tecido associativo cultural do Concelho de Évora, foi defendido que deveria ser uma preocupação comum a formação de públicos. Esta preocupação relacionava-se não apenas com a pressão exercida pelo equilíbrio entre o turista e o habitante em 2027, mas também com a garantia de que o subsequente esvaziamento do fluxo turístico não resultasse numa desistência do habitante em consumir cultura, frisando que esse trabalho teria de ser realizado em conjunto com as associações e os profissionais de cultura locais, considerando essa uma linha de atuação muito importante. Recordou que essa preocupação já constava no respetivo programa eleitoral, admitindo-se que outros partidos a pudessem partilhar, apesar de o foco imediato ter de se concentrar obrigatoriamente no ano de 2027, não se devia deixar de apresentar esta inquietação, classificada como positiva, por visar impedir que a celebração terminasse de forma abrupta, dado que se perspetivava um grande acontecimento.

O deputado Gonçalo Costa saudou a Doutora Maria do Céu pela apresentação e agradeceu-lhe todo o tempo dispensado, referindo que é sempre um gosto ouvi-la, mas acima de tudo ver a evolução que este projeto tem registado nos últimos tempos. Relembrou que já tinha sido feita uma apresentação, nessa mesma Assembleia Municipal, relativamente ao ponto de situação do projeto e à articulação existente entre a Câmara Municipal e a Associação no anterior Executivo, considerando, por isso, de inteira justiça reforçar a posição do atual Executivo relativamente a este projeto estruturante e decisivo para o futuro de todos os residentes na cidade de Évora. Destacou que muitas das questões passadas estão hoje ultrapassadas, sublinhando o esforço coletivo entre o atual Executivo Municipal e a Associação Évora 27 para trabalharem, em conjunto, de forma coordenada, organizada e colaborativa, garantindo que o ano de 2027 seja um sucesso para todos e para quem visitar a cidade. Concluiu felicitando a Doutora Maria do Céu e estendendo os parabéns ao Executivo Municipal por esta parceria frutífera e produtiva, lembrando que as vitórias, assim como as dificuldades,— serão partilhadas por todos. Formulou, por fim,

votos para que esta comunhão e espírito colaborativo entre a Associação e o Executivo se mantenham até ao final do evento."

O deputado Francisco Figueira manifestou a sua particular satisfação relativamente àquela questão, realçando tratar-se de um sentimento acrescido, para além do próprio conteúdo, que nunca tivera dúvidas de que a equipa que liderava a Évora_27 seria capaz de apresentar um conteúdo digno e que honrasse a todos sobretudo com o fim do ciclo de comiseração em que permanentemente se afirmava que tudo era mau, que nada se fazia e que era impossível. Recordou que se aguardara 660 dias para que os parceiros interessados (*stakeholders*) tomassem a iniciativa de constituir uma direção e congratulou-se pelo facto de a referida comiseração estar prestes a terminar, após o decurso de um ano desde a tomada de posse da Dra. Maria do Céu Ramos, em novembro de 2024, e de a própria direção artística ter completado, no mês de abril, um ano em funções, encontrando-se todos finalmente mobilizados para que a cidade pudesse enfrentar aquele desafio. Relativamente às preocupações manifestadas por vários presentes quanto ao legado e ao futuro da cidade após o evento, afirmou convictamente que, embora ninguém tivesse ainda essa experiência, a cidade ficaria muitíssimo melhor do que estava, considerou o projeto como único, constituindo um dever de todos honrá-lo. Admitiu que o caminho percorrido poderia ter obstáculos, dada a complexidade de organizar cerca de mil eventos, uma dimensão que a cidade de Évora talvez não registasse no espaço de dez anos, mas reiterou a certeza de que estes mil eventos planeados para a Évora_27 marcariam a cidade para sempre e que esta ficaria seguramente bastante melhor do que se encontrava na altura.

A Dra. Maria do Céu Ramos afirmou que era positivo sentir a confiança da Assembleia Municipal e o reconhecimento pelo entusiasmo, que referiu não ser apenas seu, mas de toda a direção, de toda a equipa e, de forma crescente, dos *stakeholders*. Expressou a expectativa de que esse sentimento também contagiasse a referida Assembleia, reiterando que Évora Capital Europeia da Cultura só seria um sucesso se fosse construída por todos, com entusiasmo, confiança e sentido de futuro. Declarou que existia um grande empenho em deixar um legado sólido em infraestruturas, tanto as que já haviam sido mencionadas como as que ainda se conseguissem realizar, não apenas até 2027, mas também depois dessa data. Apontou ainda como objetivo deixar um legado de devolução da confiança e da autoestima aos cidadãos, aos eborenses e à comunidade intermunicipal, através de múltiplas formas de envolvimento participativo e colaborativo em projetos. Em relação aos projetos artísticos, sublinhou que grande parte das propostas deste assentava na colaboração de grandes artistas com a comunidade, tratando-se de iniciativas que, embora pudessem ter vedetas como âncora e propulsor, contavam com a participação direta dos cidadãos e das pessoas. Por último, referiu que a história guardaria registo das dificuldades e dos obstáculos, sendo crucial manter o foco nos desafios futuros, os quais considerou serem ainda minutos por ultrapassar e vence e manifestou que a equipa saía daquela sessão mais animada e, com grande sinceridade, vincou que aquele era o momento em que todos tinham de vencer as resistências, deixar de parte as dúvidas e unir-se, sob pena de se perder uma oportunidade que ninguém desejaria ver inscrita na história da cidade e da região. Concluiu afirmando que todos saíam dali mais unidos e com a certeza de que venceriam os obstáculos que ainda restavam pela frente.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção passou ao Ponto 3.

Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes pontos:

3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento);

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção reagindo a uma referência do deputado municipal Francisco Figueira, confirmando que o compromisso de criação do Conselho para o Ambiente e Alterações Climáticas foi devidamente cumprido.
Relativamente às exposições enviadas pela plataforma "Juntos pelo Divor" e pelo grupo "PRO Évora", informou que o executivo solicitou, de imediato, um parecer ao vice-presidente da Cultura da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Esclareceu que nenhum projeto, com especial enfoque nos de energia fotovoltaica e nos futuros modelos combinados de armazenamento fotovoltaico e eólico, poderá ser aprovado sem a realização de uma avaliação ambiental e a emissão da respetiva Declaração de Impacto Ambiental (DIA), declarou-se agnóstico quanto ao sentido da referida declaração, assegurando que caso a DIA seja negativa, nenhum projeto será implantado no concelho, mas caso a DIA seja positiva, o executivo diligenciará para que a mesma seja cumprida na íntegra e para maximizar os benefícios do investimento.

Sublinhou ainda que, se for verificado algum impacto negativo na classificação do Centro Histórico de Évora como Património Mundial da UNESCO, a declaração não poderá ser favorável, manifestando a utilidade da audição pública agendada sobre a matéria.

Informou que os dados de fevereiro de 2026 revelaram um crescimento significativo da receita do município face ao período homólogo do ano anterior, num aumento de 3,23 milhões de euros. Mais informou que a despesa total paga evidenciou um acréscimo substancial de pagamentos em relação ao mesmo período, traduzindo-se numa maior liquidação daquilo que se encontrava em dívida, com mais 1,33 milhões de euros. Admitiu que continuava a verificar-se uma pressão sobre os fundos disponíveis, fruto dos compromissos assumidos e não pagos em anos anteriores, mas ressalvou a existência de uma trajetória de redução progressiva do endividamento a longo prazo, sendo o capital em dívida, à data, inferior em 3 milhões de euros relativamente ao registado dois meses antes. Concluiu reforçando que estes indicadores constituíam um bom sinal, o qual fez questão de transmitir com entusiasmo.

Destacou a dignidade e a qualidade com que o concelho e o país celebraram os 50 anos do 25 de Abril e do poder local democrático, manifestando particular orgulho na sessão solene comemorativa, que contou com a intervenção do convidado José Pacheco Pereira, de todas as forças políticas, dos órgãos institucionais e do representante das Juntas de Freguesia, que classificou como um momento excecional de homenagem à democracia plural e ao respeito pelas diferentes perspetivas.

Na qualidade de presidente da Assembleia Geral da Capital Europeia da Cultura, informou ter liderado uma reunião daquele órgão e fez um ponto de situação dos projetos locais financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR):
- Um dos projetos encontrava-se já adjudicado;

- As intervenções da EPAC estavam controladas, encontrando-se em curso trabalhos para recuperar uma plataforma que sofreu uma derrocada parcial;
- Os projetos da Arena d'Évora e do Convento dos Remédios continuavam a progredir;
- O concurso para o Auditório Fotográfico ficou deserto devido aos preços propostos pelas empresas, tendo sido reaberto com um reforço orçamental superior a 100 mil euros;
- Desenvolvia-se um projeto integrado para a segunda fase do Rossio (Rossio 2), considerado estratégico para a centralidade de Évora 2027.

Adicionalmente, enalteceu a forte cooperação entre a autarquia, a Associação Évora 27, o Governo, a Entidade Regional de Turismo e a CIMAC e mencionada uma reunião com o Ministro da Economia e da Coesão para assegurar o cumprimento do protocolo assinado em 2023, reforçando a dimensão regional e distrital do impacto do evento.

Informou a realização de uma reunião de urgência do Conselho Intermunicipal da CIMAC, motivada pela decisão do Governo de canalizar mais 10% do Programa Operacional (PO 2030) para a habitação. Na condição de presidente da CIMAC e da Câmara de Évora, referiu o esforço em curso para salvaguardar o equilíbrio intermunicipal e proteger os projetos estruturais do concelho, assinalando que Évora estava a recuperar rapidamente do atraso anterior no volume de candidaturas.

Relativamente às acessibilidades ao novo Hospital, recordou o protocolo tripartido e coordenado entre quatro entidades: a Câmara Municipal de Évora, a Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, a CCDR Alentejo e a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS). Informou que o município iniciou de imediato os procedimentos de expropriação, prevendo-se uma definição até ao dia 4 de maio, sem excluir o recurso à via judicial. Simultaneamente, os projetos de especialidades (como gás e eletricidade) foram remetidos para parecer e contratação. O cronograma foi definido como dinâmico, estando o planeamento direcionado para que as acessibilidades estejam operacionais em 2027, em articulação conjunta com a abertura da infraestrutura hospitalar.

Por último, informou que foi remetido aos deputados a primeira fase do relatório de auditoria, de caráter diagnóstico. Indicou que a equipa de auditores continuava a ouvir os diversos serviços e protagonistas municipais, estimando-se a apresentação e partilha do relatório de pré-conclusões no espaço de alguns dias.

O deputado Francisco Brito recordou que se aproximava o fim do mês de abril e terminando o prazo para a comunicação das competências transferidas no final do mês de junho, ainda não se tinha verificado qualquer tipo de negociação sobre esta matéria e relembrou que aquela transferência constituía uma promessa eleitoral do Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que o Decreto-Lei n.º 57/2019, estabelece um conjunto de 13 competências a descentralizar para as freguesias e que a Câmara Municipal de Évora transferira apenas 3 dessas 13 competências, um processo que ocorrera ainda no mandato 2017-2021, na sequência de uma negociação efetuada no final desse período e afirmou que, no mandato anterior, as juntas de freguesia não tinham tido a possibilidade de negociar tais competências devido à recusa da governação da CDU em avançar com o processo, apesar das promessas feitas, inclusive na Assembleia Municipal, classificando essa postura como uma visão centralista que não beneficiava a Câmara nem as populações. Entre as matérias pendentes, destacou a gestão e manutenção de espaços verdes, a limpeza de vias e espaços públicos, a gestão e manutenção de feiras e mercados, a utilização e ocupação da via pública, bem como o licenciamento e a fixação de publicidade. O deputado salientou que algumas destas áreas envolvem a arrecadação de

receita, justificando assim a relutância da gestão anterior em negociá-las. Face ao exposto, questionou diretamente o Senhor Presidente da Câmara sobre a data prevista para o início das negociações e se este pretendia manter a promessa eleitoral de transferir as referidas competências, as quais carecem de aprovação pelos diversos órgãos para se materializarem. Manifestou o seu desagrado por ter tomado conhecimento da visita da Senhora Ministra do Ambiente ao Centro Histórico de Évora apenas através das redes sociais e da comunicação social regional e defendeu que, por uma questão de bom tom institucional, a Junta de Freguesia deveria ter sido informada previamente e envolvida no evento. Informou que os convites a autarcas deveriam ser diretos e que faria chegar essa posição ao Governo. Foi também criticado o procedimento adotado na recente presidência aberta do Senhor Presidente da República que considerou um mau exemplo o facto de o convite aos autarcas de freguesias que estiveram na linha da frente no apoio à tempestade Cristian ter sido mediado pelas câmaras municipais, defendendo que a Presidência da República dispõe de contactos para comunicar diretamente com as freguesias, solicitando a correção interna desta situação na autarquia, sem prejuízo de expor o assunto a quem de direito. Sobre a gestão do Mercado Municipal 1.º de Maio relembrou que a alteração do modelo de gestão do mercado já havia sido amplamente discutida e inclusivamente votada de forma favorável pelo Partido Socialista no mandato anterior, não se tendo verificado qualquer alteração prática até ao momento. Reiterou a sugestão outrora deixada ao anterior Executivo, caso a Câmara não conseguisse encontrar um novo modelo de gestão, deveria transferir a infraestrutura para a tutela da Junta de Freguesia com a necessidade de se celebrar um protocolo para o efeito, dado tratar-se de um equipamento com investimentos avultados e sabendo-se que as freguesias não se podem candidatar diretamente a fundos europeus, contudo, a urgência de garantir um tratamento digno à infraestrutura em prol, do centro histórico e dos seus utilizadores. Reportou a persistência de acumulação de lixo fora dos contentores no centro histórico, qualificando a situação como uma imagem degradante, apelou a uma mudança de paradigma, referindo que, estando o atual Executivo Municipal a atingir os primeiros seis meses de mandato, se tornava premente demonstrar atitude perante aquele problema. Por fim, reiterou uma questão anteriormente colocada e que ficara sem resposta por parte do Senhor Presidente, indagando qual seria o modelo de gestão do Espaço Celeiros após a conclusão das obras e se as associações que saíram de lá irão voltar ou não.

O Presidente da Câmara assegurou que a Câmara de Évora seria uma boa cumpridora da Descentralização de Competências e que tudo aquilo que integrava o programa com o qual o executivo fora eleito estava a ser cumprido. Mencionou que o Sr. Vice-Presidente, que acompanha as freguesias, se tinha reunido com muita regularidade com as mesmas. Afirmou que as competências iam ser transferidas progressivamente, uma vez que as coisas eram feitas, trabalhadas e apresentadas com solidez.

Sobre o sistema de limpeza referiu que não se melhorava de um dia para o outro, embora estivesse reconhecidamente melhor, e que o mercado municipal também não se reformava de um dia para o outro, estando-se, contudo, a trabalhar num plano para reformar o seu modelo e a sua gestão.

Relativamente à preocupação manifestada em relação aos Celeiros da EPAC, confirmou a existência de preocupação visto que, infelizmente, tinha ocorrido um problema na recuperação, o qual estava a ser ultrapassado. Esclareceu que esta primeira fase correspondia à fase de consolidação e que, a seguir, haveria uma candidatura para o equipar. Afirmou que nunca tinha dito a todas as associações que iam voltar, tal como não tinha dito a nenhuma associação que não ia voltar, porque o processo de apoio à

cultura em Évora seria regulamentado com base em critérios, em projetos e em perspetivas integradas. Sublinhou saber-se que o Évora 27 ia ser muito importante, como fora ali referido por todos os membros que intervieram, acrescentando que o Évora 28 teria de ser tão forte como o Évora 27 e o Évora 29 tão forte como o Évora 28. Defendeu ser necessária a colaboração de todas as associações e que a gestão seria feita com base em normas claras e conhecidas por todos, sendo provável que as associações que lá tinham estado e que ocupavam aquele espaço tivessem muita capacidade para lá voltar, mas com base num processo desse tipo.

Considerou ter respondido às questões em geral e garantiu ao Sr. Deputado que o programa seria cumprido no tempo certo e com a consistência que obriga aquilo que é verdadeiramente a transformação, não sendo apenas fogo de artifício. Observou que, embora o fogo de artifício também pudesse por vezes ser usado para animar o centro histórico, tendo-se tentado que não fosse e parecendo que não o fosse, como era sabido, o mesmo tivera de ser utilizado.

Quanto ao convite, assegurou que, aquando da vinda de ministros, haveria essa preocupação, ressalvando que tinha sempre o cuidado, em primeiro lugar, de convidar os senhores vereadores de todas as forças e de o anunciar nas reuniões de Câmara. Concluiu afirmando que se iria procurar que o Sr. Presidente do Centro Histórico, mas também os das outras freguesias, uma vez que os senhores ministros também podiam visar áreas de outras freguesias, tivessem essa indicação sempre que possível.

O deputado Luís Santos referiu ter sido contactado por alguns munícipes eborenses, os quais lhe fizeram chegar questões relativas à recolha de resíduos urbanos. Mais indicou que, residindo no Centro Histórico e circulando pela cidade, constatou a existência de uma acumulação significativa de lixo nos locais destinados à sua deposição, exemplificando com uma situação observada recentemente nas proximidades. Afirmou ter conhecimento das dificuldades registadas ao nível das viaturas de recolha de lixo e relembrou que o Senhor Presidente havia anunciado, em meses transatos, possivelmente em fevereiro, a abertura de um procedimento para a entrada em circulação de quatro ou nove viaturas de recolha. Face a isto, questionou se o referido procedimento já estaria concluído, se as viaturas já se encontrariam em circulação e se, independentemente disso, estaria previsto algum reforço para o setor, manifestou compreender os constrangimentos enfrentados pela autarquia, bem como o estado considerado calamitoso em que o executivo encontrou a Câmara Municipal, sublinhando não pretender ser injusto na sua apreciação, contudo, recordou que, conforme referira nas comemorações do 25 de Abril, Évora é uma cidade europeia. Concluiu mencionando a visão partilhada pelo Senhor Presidente de tornar Évora uma capital a sul,

A deputada Ângela Caeiro questionou também sobre os focos à volta da muralha, referindo que muitos deles estavam estragados e que, à noite, a cidade ficava às escuras. Mencionou ser um espaço muito utilizado, tanto por pessoas para correr, como para andar, e perguntou se existia alguma previsão de quando é que esses focos poderiam ser restaurados e a cidade ficar iluminada.

O Presidente da Câmara em relação à questão colocada pela deputada, declarou que se encontravam à espera da abertura do aviso da ITIC da CIMAC. Informou que existia uma candidatura e um projeto preparado pela Câmara Municipal de Évora para a iluminação das muralhas e do aqueduto, esperando-se a realização de uma intervenção. Acrescentou

que se aguardava que em maio pudesse abrir a candidatura, estando o projeto pronto para que se pudesse introduzir melhorias.

No que respeita à gestão do lixo, o Presidente solicitou que pudesse passar a palavra ao Vice-Presidente, por este deter esse pelouro e ser o mais adequado.

O Vice-Presidente relativamente à questão da gestão de resíduos urbanos, informou publicamente que havia sido iniciado um processo de implementação do sistema de recolha porta a porta. Esse processo teve início na freguesia de Canaviais, estando previsto que, assim que a distribuição estivesse concluída nessa localidade, o sistema seria alargado às freguesias de Valverde, Tourega e Guadalupe, em concreto, em Valverde, a distribuição já se encontrava em grande parte a ser assegurada, quer pelo GESAM, quer pelo município, estando a recolha a ser efetuada por essa via.
Realçou que se tratavam de dois projetos-piloto previamente definidos, cuja escolha decorreu das características e do alcance pretendidos para o respetivo estudo, que permitiria tirar conclusões, corrigir eventuais situações detetadas e consolidar boas práticas. Manifestou a intenção de, no mais curto espaço de tempo, envolver também o Centro Histórico neste projeto, em articulação com o Presidente da Junta de Freguesia, nomeadamente nas ruas onde, devido às suas características, as viaturas disponíveis não conseguiam circular, cuja limitação impedia a existência das melhores condições para a recolha, gerando a acumulação de resíduos.
Esclareceu que os veículos utilizados nessa recolha eram de dimensões reduzidas, mas transportavam uma carga substancial, o que diminuía o tempo de vida útil das viaturas e exigia um grande investimento para dar resposta à situação e, nesse sentido, considerou-se que a alternativa viável seria a utilização do sistema porta a porta, reconhecendo que tal implicava alterações de comportamentos e a adaptação dos cidadãos à metodologia, dado que cada dia da semana teria regras específicas. Na qualidade de morador numa das zonas abrangidas pelos projetos-piloto, partilhou que tinha sido agradável constatar a adesão e a adaptação das pessoas, salvaguardando que o processo seria lento, uma vez que a maioria das pessoas apenas chegava a casa ao final do dia.

No que respeita ao parque de veículos, informou que já tinha sido efetuada a adjudicação, tratando-se de um processo formal, e não de uma recolha imediata, prevendo-se que, num curto prazo, estivessem disponíveis duas ou três viaturas, ficando a última para uma fase posterior, restando ainda montar a grua que seria colocada à disposição dos serviços. Acrescentado que, entre avarias, reparações e funcionamento, os serviços tinham conseguido manter de quatro a cinco viaturas operacionais, o que correspondia ao mínimo necessário para assegurar o sistema de recolha, embora não sendo o cenário ideal, a resposta era razoável, mantendo-se a ambição de alterar a situação, cientes de que tal mudança exigiria a colaboração de todos, pois o município não conseguiria fazê-lo de forma isolada.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, informou que passavam ao ponto 4.

4. Prestação de Contas 2025.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara relembrou que os membros da Assembleia tinham recebido um relatório exaustivo, preparado pelos serviços da Câmara Municipal, que considerou

ser de saudar, salientando que os serviços realizaram um trabalho excelente e difícil, o qual implicou, designadamente para cumprir prazos, trabalho no fim de semana com um esforço muito grande, considerando o Relatório de Atividades e de Contas disponibilizado muito informativo.

Esclareceu que o documento respeitava a 10 meses do trabalho do anterior Executivo e a 2 meses do atual Executivo, pelo que, basicamente, se estava a avaliar as contas do Executivo anterior, que as contas eram aquilo que eram, acrescentando que, embora pudesse fazer um resumo dos principais números ou indicadores, considerava que talvez já não fosse o momento ou a hora de o fazer.

Mencionou que as contas não eram boas porque as Contas do município não eram boas, refletindo o que já se sabia em relação a dívidas, passivos, tempos médios de pagamento e endividamento, no entanto, apontou uma grande diferença em relação às Contas que, em 2024, as diversas forças políticas entenderam, por maioria, não aprovar.

Explicou que a diferença residia no facto de as Contas poderem não ser boas, mas que se estava sobretudo a avaliar, tecnicamente, se o documento de Prestação de Contas refletia a realidade e verificou-se que o documento refletia com maior certificação a realidade das contas, visto que, enquanto há 2 ou 3 meses existiam 7 milhões de euros não reconciliados em termos de reconciliação bancária, naquele momento faltavam reconciliar menos de 200 mil euros, estando-se à procura dos documentos para poder acertar completamente a referida reconciliação.

Sublinhou uma diferença que considerou fundamental, referindo que se entendeu fazer chegar o relatório do Revisor Oficial de Contas quer ao Executivo, quer a todos os deputados Municipais, enquanto que em 2024 o relatório do Revisor Oficial de Contas colocava uma reserva para as contas de 2025, o parecer atual era positivo, contendo uma referência de ênfase e algumas recomendações, mas sendo positivo. Concluiu que foi com base nessa diferença, ou seja, no acerto quase total das reconciliações bancárias e no parecer do ROC, que os Vereadores, em reunião de Câmara, votaram a favor da aprovação das Contas, tendo as mesmas sido aprovadas por maioria, pelo que recomendou a aprovação, referindo que, embora a Assembleia estivesse totalmente livre no seu juízo, julgava que aquelas contas, tecnicamente, mereciam ser aprovadas.

O deputado Redolfo Pereira leu o seguinte documento, o qual se transcreve na integra.
"A prestação de contas que hoje aqui apreciamos e votamos é um balanço do ano anterior, naquele que foi o último exercício do mandato, mas a sua análise não se esgota no ano de 2025, convocando também a consideração de alguns valores e indicadores observados ao longo de todo o mandato, de forma a permitir uma avaliação mais ampla e contextualizada do percurso realizado.
Esta prestação de contas de 2025 tem a particularidade de ser uma prestação de contas bipartida, onde o Executivo CDU presidiu a Câmara durante 10 meses e o Executivo do Partido Socialista presidiu durante os últimos dois meses do ano. O grupo municipal do Partido Socialista manteve ao longo do mandato uma postura construtiva, alertando repetidamente o Executivo municipal para a degradação das contas do município. E infelizmente, chegámos ao final do mandato com uma situação financeira muito mais frágil do que aqui existia no seu início.
A análise da prestação de contas não pode ser um exercício meramente técnico ou administrativo, pois a prestação de contas é muito mais do que um documento que engloba dados económicos financeiros. É também o resultado de um compromisso

político do Executivo municipal com os seus munícipes. E aquilo que os números demonstram é que não só no último ano, mas também durante todo o mandato, esse compromisso político falhou em vários domínios.
Na habitação, na saúde, na limpeza e higiene urbana, no investimento na rede viária, entre outros. Relativamente à análise orçamental, o Orçamento Municipal de 2025 foi aprovado com uma dotação total de 109 milhões de euros. Na componente da Receita, o município, dos 109 milhões previstos, arrecadou cerca de 67 milhões de euros.
Mais 750 mil euros que no ano anterior. Mas continuamos com taxas de execução de Receita muito abaixo do aconselhável. O que se verificou ao longo do mandato.
Este ano executou-se apenas 61% do previsto. Em 2024, 70%. Em 2023, 76%.
E em 2022, 84%. É preocupante esta espiral decrescente da percentagem da arrecadação da Receita. O que leva a concluir que os orçamentos deste mandato estavam claramente sobrevalorizados.
E para além disso, não se diversificou as fontes de Receita. Por exemplo, com recurso a mais projetos a fundos comunitários. Para não estarmos dependentes das transferências da Administração Central.
Não aproveitar os fundos comunitários disponíveis é falhar duplamente. É falhar no investimento, mas também falhar no desenvolvimento do Conselho. Relativamente à despesa, em 2025, foram executados 65,5 milhões e um orçamento de 109 milhões.
Ficando 40% da despesa prevista por executar. O que revela evidentes dificuldades financeiras para cabimento à despesa e assumir compromissos. Se olharmos para o mandato completo, tal como aconteceu com a Receita, assistimos a um decréscimo da capacidade de executar a despesa.
60% em 2025, 68% em 2024, 74% em 2023 e 79% em 2022. Por isso, fica uma pergunta simples. Se durante o mandato houve mais meios, ou seja, maiores orçamentos, porquê cada vez se fez menos? Quanto ao investimento, o orçamento previa um valor de 24,1 milhões e executou-se 5,1 milhões, ou seja, apenas 21% do que inicialmente estava previsto.
E esta percentagem de execução, tal como aconteceu ao longo do mandato, é preocupante face às imensas necessidades de investimento no Conselho. A bancada municipal do Partido Socialista, diversas vezes, assinalou que devia de haver mais respeito pelos compromissos assumidos. Porque governar não é apenas prever.
Governar é também concretizar. E as baixas taxas de execução ao longo do mandato, quer na Receita, quer na despesa, não refletem concretização do que se orçamenta.
Relativamente à análise económica ou financeira, importa registar que as dívidas de terceiros à Câmara ascendem a 11,8 milhões, aumentando cerca de 2 milhões relativamente a 2024.
Por outro lado, as dívidas de curto prazo a fornecedores, decorrentes da atividade normal do município, totalizam 11 milhões de euros, mais 4,5 milhões de euros que no ano anterior, o que significa um aumento de 70% num único ano. A Câmara, em 2025, teve um resultado líquido negativo no valor de 2,4 milhões de euros, ligeiramente melhor que o do ano anterior, que também foi negativo, mas em 4,5 milhões de euros. Salientar que, durante todo o mandato, a Câmara Municipal não apresentou qualquer resultado líquido positivo.
Isto deve ser motivo de reflexão e preocupação. No que diz respeito à dívida, a dívida da Câmara tem-se mantido estável e com tendência decrescente, em grande parte devido à obrigação de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, contratado em 2016.
No final de 2025, o total de compromissos assumidos a transitar para 2026 era de 25,7 milhões, sendo que 14,6 milhões estão já faturados, mas a aguardar pagamento.

O prazo médio de pagamento no final do ano de 2025 era de 137 dias, ou seja, cerca de 4,5 meses. Mais 33 dias do que no ano anterior e mais 68 dias do que no primeiro ano do mandato. Para terminar, gostaria de salientar um facto relevante.
Esta prestação de contas, que hoje se encontra em apreciação e votação, foi validada e certificada pelo Revisor Oficial de Contas, ao contrário da prestação de contas do ano anterior, que teve de parecer do ROC com reservas. Passámos de um relatório do ROC com reservas a um relatório com ênfase e destacando o elevado esforço desenvolvido para resolver problemas identificados, nomeadamente a questão da ausência de reconciliações bancárias no valor de 7 milhões de euros e que atualmente está praticamente concluída. As contas ainda são preocupantes e a situação financeira da Câmara é frágil, mas o parecer favorável do ROC sem reservas permite-nos afirmar algo fundamental.
As contas não são boas, mas são corretas e é uma missão essencial para corrigir no futuro muitos dos problemas que hoje aqui assinalámos."

O deputado José Figueira leu o seguinte documento, o qual se transcreve na integra.
"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, caros colegas, membros da Assembleia Municipal, sobre o ponto dedicado à Prestação de Contas do ano de 2025, gostaríamos de deixar expresso, nesta intervenção a nossa leitura e interpretação das referidas contas, dando destaque às seguintes EVIDÊNCIAS:
1.A Prestação de Contas de 2025 é relativa a um período em que 5/6 da execução cabem ao Executivo CDU, uma vez que o Executivo PS assumiu a responsabilidade pela gestão do Município após a tomada de posse em 31 de outubro de 2025, na sequência das eleições autárquicas de 12 de outubro que deram a vitória ao PS.
2.A leitura que fazemos deste documento responsabiliza largamente a CDU pelos resultados alcançados, os quais confirmam o bom desempenho global em termos económico-financeiros, mas também ao nível da afirmação do projeto político sufragado em 2021.
3.Numa primeira análise, quer as Opções do Plano quer o Plano de Atividades de 2025 encontram-se refletidos neste documento. Por outro lado,
4.a inexistência de alterações de fundo por comparação com 2024 no que respeita a atividades, projetos e principais indicadores económicos;
5.Apenas confirma a coerência do projeto CDU e o equilíbrio que procurou assegurar entre recuperação financeira e investimento, num mandato marcado pela COVID-19, pelo atabalhoado processo de transferências de competências da Administração Central para os municípios, inflação generalizada, mas também pela Capital Europeia de Cultura em 2027 e tantas outras conquistas;
6.Importa começar por retomar as Contas de 2024 que foram reprovadas em 28/5/2025 por oportunismo eleitoral e falta de sentido de responsabilidade de quem votou contra.
7.A recuperação financeira feita pela CDU, a gestão equilibrada dos últimos mandatos confirmada neste relatório de 2025 desmentem toda a propaganda feita durante o período de campanha eleitoral.
8.Por tacticismo político-partidário, foram lançados anátemas sobre uma gestão financeira que, na verdade, retirou mais de 40 milhões de euros de dívida em 12 anos, recuperou capacidade de investimento e de acesso a fundos comunitários, devolveu apoios financeiros ao movimento associativo, voltou a fazer a merecer confiança de cidadãos, fornecedores e credores.
Abdicando do pronunciamento sobre o Plano de Atividades 2025, passaremos a analisar as Contas 2025, ou seja, Analise Económica e Financeira segundo a leitura feita pela CDU-PCP/PEV, a saber:

1.Começamos por salientar novamente a diferença mínima relativamente a 2024 no resumo de desempenho orçamental, tendo o saldo orçamental crescido de 5 903 731,76€ em 2024 para 6 151 311,32€. Este valor não pode ser desligado do Grau de Cobertura de Despesas que, de acordo com o relatório, se manteve nos 103%, ou seja, as receitas arrecadadas permitem cobrir as despesas realizadas.

2.Apesar de a execução orçamental da receita ter decrescido em 2025 muito por força de expectativas de financiamento de projetos relacionados com a Capital Europeia de Cultura, pode-se dizer que a estrutura das receitas correntes se manteve com alguma consistência, acusando ainda assim a «dependência excessiva das transferências do Orçamento de Estado». O mesmo se pode dizer em relação às receitas de capital, devendo ser salientado que a taxa de execução da receita relativa a cofinanciamento reduziu fundamentalmente pelo acréscimo substancial de 4 milhões de euros face a 2024, como foi dito sobre projetos da Capital Europeia de Cultura não executados no período. Porém, ainda que não tenham sido executados em 2025, alguns continuam disponíveis para executar em 2026.

3.Semelhante raciocínio pode ser aplicado à estrutura das despesas correntes, destacando-se aqui a menor taxa de execução da aquisição de bens e serviços, devida fundamentalmente a problemas de tesouraria relacionados com o défice resultante da transferência de competências na área da educação desde 2022, com a redução operada no IMI desde 2022, com a redução muito significativa do IMT em 2024 e com o enorme aumento dos gastos com energia também em 2024, os quais põem em causa a trajetória de recuperação financeira e do equilíbrio orçamental trilhados com o Plano de Saneamento Financeiro. Esta redução aguda nas receitas ajuda a compreender o aumento da dívida a fornecedores, cifrada em 2025 nos 19 821 417,66€ a qual tem evidentemente repercussões na evolução desfavorável do Prazo Médio de Pagamento (em incumprimento a partir dos 90 dias). Em relação a este, o agravamento para 139 dias é motivado pelos problemas de tesouraria identificados, mas muito longe dos 755 dias registados em 31 de dezembro de 2012. A este respeito, convém salientar o peso de que representa a dívida à empresa Águas de Vale do Tejo, cotada em valor superior a 5,642M€, a qual foi cedida contratualmente por esta entidade ao BEI, permanecendo como dívida a fornecedores e não como dívida de capital. O garrote dos encargos com água e saneamento representa uma pressão excessiva sobre as contas do município, sendo responsável pelo aumento de 56,81% entre 2024 e 2025 na rúbrica dos fornecimentos e serviços externos. Por seu turno, os custos com eletricidade cresceram 29,9%. Juntos, água e eletricidade, representam 35,26% do total da rúbrica de fornecimentos e serviços externos.

4.Por outro lado, a redução da execução da rúbrica aquisição de bens de capital é explicada no relatório, tendo sido «influenciada negativamente» por atrasos em projetos candidatados ao PRR e concursos que ficaram desertos, contribuindo significativamente para a redução da execução da despesa.

5.Ainda neste capítulo e como já havia sido alertado, a auditoria da Inspeção Geral de Finanças à CIMAC, tornou claro que a dívida referente ao Projeto de Eficiência Energética não deveria ser reconhecida pela CIMAC, mas diretamente pelos Municípios. E pior, obrigou a que os encargos financeiros deste projeto no futuro sejam registados como dívida, algo que não sucede por exemplo nas concessões da Iluminação Pública e dos Transportes Urbanos.

6.Em 2025, como referido, o Município de Évora manteve o equilíbrio orçamental em 6 151 351,32€, com uma variação positiva de 27% do resultado líquido do exercício, por comparação com o ano anterior. E a generalidade dos rácios económico-financeiros mantiveram-se positivos, contribuindo para a redução do passivo de 73,3 milhões de euros em 2024 para 64 milhões de euros em 2025 (redução de cerca de 9 milhões de

euros) e uma ligeira redução da dívida orçamentada registada em 54 379 034,55€, longe dos 95 milhões de euros registados em 2012. Ainda assim, prosseguindo o esforço de investimento sustentado, em 2025, o peso dos investimentos no total da despesa aumentou para 8%, um valor insuficiente, mas consistente com o compromisso de estabilização das contas para garantir margens de investimento que não comprometam a gestão do município em futuras administrações.

7.Todos estes indicadores têm expressão na capacidade de endividamento que, desde 2022 (ano em que foi reposta nos termos das exigências legais), tem vindo a crescer e está neste momento nos 28 192 652,50€.

Como Conclusão diremos:

Por tudo isto e porque o que se está a discutir não são apenas as contas de um ano mas as contas de um ciclo político constituído por três mandatos, o nosso voto à Prestação de Contas de 2025 é favorável porque as contas apresentadas confirmam o processo de recuperação económica iniciado com o Plano de Saneamento Financeiro, fundamental para dar as respostas que as populações exigem, fazer investimento e olhar para o futuro a médio e longo prazo com projetos e desafios conquistados pelo Executivo CDU, para os quais contribuíram muitas entidades, trabalhadores e cidadãos, entre os quais é cimeiro o processo que queremos transformador da Capital Europeia de Cultura em 2027.

Por tudo isto e porque o que se está a discutir não são apenas as contas de um ano mas as contas de um ciclo político constituído por três mandatos, o nosso voto à Prestação de Contas de 2025 é favorável porque as contas apresentadas confirmam o processo de recuperação económica iniciado com o Plano de Saneamento Financeiro, fundamental para dar as respostas que as populações exigem, fazer investimento e olhar para o futuro a médio e longo prazo com projetos e desafios conquistados pelo Executivo CDU, para os quais contribuíram muitas entidades, trabalhadores e cidadãos, entre os quais é cimeiro o processo que queremos transformador da Capital Europeia de Cultura em 2027.

Em suma e não obstante todas as insuficiências que reconhecemos, a herança destes três mandatos, é imensamente menos danosa do que a recebida em 2013.

FINALMENTE

Uma palavra de reconhecimento e imensa gratidão aos trabalhadores municipais, sem os quais não seria possível a realização de tantas e diversificadas atividades, eventos e programas ao longo de todo o ano, justamente identificados neste Relatório de Atividades. Da Meia Maratona, à Feira de S. João, Desafio Pela Saúde, até aos programas e ações regulares de resposta a necessidades das populações e opções estratégicas, há um mundo de trabalhadores que limpam, reparam, constroem, instruem, calculam, desenham, fiscalizam, cuidam, regulam, pagam, licenciam e acolhem, responsáveis por muitos dos sucessos da intervenção municipal.

A todos, a nossa calorosa saudação."

O deputado Francisco Figueira declarou que assistia, com alguma comoção, às divergências evidenciadas pelas forças políticas precedentes no debate. Referiu que, embora o Senhor Presidente tivesse afirmado que as contas eram o que eram, facto que considerou verídico, não manifestando dúvidas técnicas sobre a exatidão das mesmas, estas resultavam diretamente daquilo que a CDU, em coligação com o PS, apresentara à Câmara Municipal. Mencionou ter escutado com atenção o Deputado Rodolfo Pereira, com quem partilhara o mandato anterior, observando que este, à semelhança de outros deputados, votara favoravelmente todos os orçamentos da CDU. Apontou que, sucessivamente, perante o incumprimento do primeiro, do segundo, do terceiro e do quarto orçamentos por parte da CDU, o apoio a essa força política se mantivera inalterado.

Por conseguinte, o Senhor Deputado considerou que se poderiam utilizar, naquele momento, expressões pré-formatadas de assistência virtual, manifestar grande indignação ou procurar os fundos que a CDU afirmava ter deixado no município, sugerindo, de forma ilustrativa, que se poderia julgar que a CDU e a Câmara de Évora teriam condições para constituir uma instituição bancária com capitais próprios. Afirmou que, apesar de tais argumentos, a situação em que o município fora deixado era calamitosa e injusta para a população de Évora. Reiterou não ter dúvidas de que as contas se encontravam tecnicamente certificadas, mas ressalvou que, com o mesmo sentido de responsabilidade com que votara contra os quatro orçamentos que conduziram à situação atual, votava naquele dia, convicta e responsavelmente, contra a referida prestação de contas. Segundo o orador, o documento em apreço refletia o resultado do trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos pelas duas forças políticas que agora procuravam demitir-se de responsabilidades mútuas. Acrescentou que seria possível recuar no tempo para invocar a herança recebida pela CDU há doze anos, ou mesmo referir períodos históricos anteriores, mas sustentou que a história recente do município fora aquela, tendo sido, possivelmente por essa razão, que se verificara a fragmentação e a derrota expressiva da CDU no último ato eleitoral.

O deputado Gonçalo Costa afirmou que tentaria ser breve na sua intervenção, considerando necessário esclarecer duas ou três situações. Começou por referir que a intervenção do colega da bancada do PCP constituía mais uma fabulação, à semelhança do que tem vindo a acontecer constantemente em algumas assembleias municipais. Segundo o deputado, tratou-se de uma visão dos documentos e da situação que não encontra eco na realidade, configurando mais um exercício do que propriamente uma análise efetiva da situação e fez de seguida uma pequena ressalva, recordando que o chumbo das contas no ano anterior não se deveu a um questionamento ou a uma avaliação da situação financeira do exercício. O motivo prendeu-se, sim, com o facto de o próprio revisor oficial de contas ter colocado grandes questões ou reservas na certificação das contas apresentadas. O deputado sublinhou que, por um princípio de responsabilidade e no exercício do mandato atribuído, e em plena consciência, não seria possível votar favoravelmente um exercício sobre o qual o revisor oficial de contas colocava sérias reservas, tendo sido um exercício de seriedade cívica e política aquele que foi exercido pela Assembleia Municipal. Relativamente à questão referida pelo deputado Francisco Figueira, que pretendeu afirmar que a bancada do Partido Socialista esteve ao lado da bancada do PCP nos anteriores mandatos, o orador sugeriu a releitura das declarações de voto em todas as aprovações de orçamento. Destacou que, em todas elas, o Partido Socialista referia que o orçamento não representava a matriz política, as linhas ideológicas ou o projeto político do partido. Contudo, por uma questão de responsabilidade e para não limitar os mecanismos de atuação do executivo, optou-se por um princípio de responsabilidade que o PSD não seguiu. O deputado acrescentou que o povo eborense fez esse juízo e essa avaliação nas urnas, valorizando o exercício de responsabilidade efetuado durante quatro mandatos ao não obstaculizar ainda mais o que já era um exercício apático e anémico do anterior executivo, o qual conduziu a esta situação. Concluiu reforçando que foi um exercício de responsabilidade democrática não impedir a atuação do executivo, tal

O deputado Francisco Figueira referiu que, embora o Partido Socialista tivesse feito as declarações de voto mencionadas, também sustentara o caminho da CDU, nunca lhe tendo faltado o voto para conduzir a cidade e as respetivas contas ao estado em que se encontravam. Afirmou, por isso, ser verdade que o Partido Socialista apoiara o PCP na gestão da cidade, tendo-o feito de forma irresponsável, e que, devido a essa

irresponsabilidade, os eleitores eborenses e os eborenses se encontravam na situação em questão, considerando-a igual à dos 12 anos em que governaram aquela Câmara com o PSD, tendo acionado o PAEL e conduzido à bancarrota, no que classificou como exatamente a mesma situação.

O deputado Henrique Troncho referiu que, não sendo sua intenção revisitar o passado, não podia deixar de, perante o que fora dito, manifestar a sua opinião, referindo que existiam duas formas de fazer oposição: a oposição construtiva e a oposição destrutiva, definindo a primeira como aquela que partia do reconhecimento e da aceitação dos resultados eleitorais. Recordou que, nos doze anos anteriores, a CDU vencera as eleições em Évora, demonstrando que o povo eborense pretendia ser governado por essa força política, embora não lhe tivesse sido atribuída uma maioria absoluta, fora-lhe concedida uma maioria relativa que lhe permitia executar o seu programa e que o PS, estando no seu direito de adotar a postura que considerasse mais adequada, entendera que devia respeitar essa vontade popular, e, não obstante não apoiar a gestão da CDU por ser diferente da sua (tal como a gestão do PS não seria certamente a que a CDU faria), o Partido resolvera não criar dificuldades nem boicotar um trabalho que viria a ser julgado nos prazos legais e previstos na legislação. Esclareceu que se o PS pretendesse apoiar a CDU, teria votado favoravelmente os seus diversos orçamentos e planos de atividade, o que não o fizera, tendo optado pela abstenção como forma de manifestar desacordo sem, contudo, bloquear a governação, garantindo que não seria por sua causa que Évora ficaria sem plano de atividades e orçamento aprovados e que, caso o PS não tivesse agido assim, a CDU governaria sob uma situação em que não conseguiria promover o seu programa por estar a ser bloqueada pelas restantes forças políticas, uma hipótese que o PS não quis viabilizar. Assim, a CDU governara e o povo de Évora experimentara e manifestara o seu apoio durante algum tempo, até ao momento em que decidira cortar com esse passado e, ao decidir cortar com esse passado, o eleitorado dispunha de duas opções: escolher quem fizera uma oposição construtiva ou quem fizera uma oposição destrutiva, e respeitar a vontade popular, que ditara que a Câmara Municipal de Évora deveria ser governada por quem realizara uma oposição construtiva ao longo daqueles 12 anos, e não por quem fizera uma oposição destrutiva. Assinalou que, embora o deputado municipal Francisco Figueira tivesse o direito de discordar, assistia-lhe a si o direito de concordar e de considerar que o povo fizera a sua escolha. Manifestou a expectativa de que houvesse sempre uma postura construtiva por parte da oposição, uma vez que o PS sempre a adotara, que essa era a forma de estar e de ser do partido, que colocara a cidade acima de interesses partidários e procurara sempre não bloquear a gestão, mas sim manifestar o distanciamento expresso no sentido de voto, ciente de que haveria quem concordasse e quem discordasse dessa postura. Relativamente ao mandato do Dr. José Ernesto Oliveira, expressou um grande orgulho por o município ter sido gerido por um executivo camarário presidido por este, referindo conhecer pessoalmente a realidade de então, a evolução que se verificara e tendo acompanhado de perto o seu trabalho e que o povo eborense também reconhecera esse percurso, de tal forma que nunca derrotara o Dr. José Ernesto Oliveira em atos eleitorais.

O deputado Francisco Figueira eu julgo que o Deputado Henrique Troncho e a bancada do Partido Socialista estão equivocadas. É que nós, na realidade, nunca fomos oposição. Nós somos mesmo a alternativa. Quem foi oposição aos eborenses foi a CDU, coligada convosco.

O deputado Henrique Troncho referiu que coisa que lhe queria dizer é que a abstenção não é uma coligação. Coligações são quando se vota em conjunto e sistematicamente. Aqui não estamos no mundo de não é não. Aqui foi mesmo aquilo que foi.

O deputado Francisco Figueira afirmou que o deputado Henrique Troncho tinha razão, que aquilo tinha sido exatamente o que fora, acrescentando que tinham sido eles a sustentar o Governo da CDU durante os quatro anos que os conduziram à situação em que se encontravam.
O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver pedidos de intervenção, submeteu a Prestação de Contas 2025, a votação.

Deliberação Prestação de Contas 2025.

Aprovada por maioria, com 21 votos a favor (13 do PS,6 da CDU, 1 do MICAZA e 1 do MCE) e 12 votos contra (9 da AD - "Évora Tem mais Futuro" e 3 do CHEGA), verificando-se 33 presenças.

O deputado José Figueira apresentou a seguinte Declaração de Voto:
"Prestação de Contas de 2025
I – A Prestação de Contas de 2025 e os seus antecedentes
A Prestação de Contas de 2025 é relativa a um período em que 5/6 da execução cabem ao Executivo CDU, uma vez que o Executivo PS assumiu a responsabilidade pela gestão do Município após a tomada de posse em 31 de outubro de 2025.
O documento reflete o trabalho realizado pela gestão CDU na afirmação do projeto político sufragado em 2021 e os resultados alcançados, os quais confirmam o bom desempenho global em termos económico-financeiros.
Numa primeira análise, quer as Opções do Plano quer o Plano de Atividades de 2025 encontram-se refletidos neste documento. Por outro lado, a inexistência de alterações de fundo por comparação com 2024 no que respeita a atividades, projetos e principais indicadores económicos apenas confirma a coerência do projeto CDU e o equilíbrio que procurou assegurar entre recuperação financeira e investimento, num mandato entre 2021-2025 marcado pela COVID-19, pelo nebuloso e atabalhoado processo de transferências de competências da Administração Central para os municípios, pela inflação generalizada mas também por realizações e conquistas marcantes como a da Capital Europeia de Cultura em 2027.
Este relatório relativo às contas de 2025 confirma a recuperação financeira feita pela CDU e a gestão equilibrada dos últimos mandatos, desmentindo toda a propaganda feita durante o período de campanha eleitoral. O relatório demonstra que as Contas de 2024 foram chumbadas em maio de 2025, em pleno período pré-eleitoral, por puro oportunismo eleitoral e falta de sentido de responsabilidade de quem votou contra - PS, PSD e Movimento Cuidar de Évora. Por tacticismo político-partidário, foram lançados anátemas sobre uma gestão financeira que, na verdade, retirou mais de 40 milhões de euros de dívida em 12 anos, recuperou capacidade de investimento e de acesso a fundos comunitários, repôs apoios financeiros ao movimento associativo, voltou a fazer a merecer confiança de cidadãos, fornecedores e credores.
II – Plano de Atividades 2025
No que se refere ao Plano de Atividades, consideramos importante salientar alguns aspetos de grande relevância que constam do documento e que, não esgotando a imensa atividade municipal, são demonstrativos do cumprimento das Opções do Plano e Orçamento de 2025.
Na Habitação, registamos a aprovação do financiamento e assinatura do aditamento ao acordo de colaboração entre a CME, a Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e a Secretaria de Estado da Habitação, confirmando um investimento de 67,1 milhões de euros para construção ou reabilitação de 459 habitações, aquisição de prédios e apoio financeiro a proprietários privados. Integradas

na Estratégia Local de Habitação, as empreitadas de reabilitação de 64 fogos da Habévora na Rua General Humberto Delgado assim como a conclusão das obras de 12 casas na Malagueira, no valor de 1 480 970€, permitiram colmatar carências habitacionais, ao passo que o lançamento da empreitada do Centro de Emergência Social e Apartamentos Partilhados, no valor de 1,6 milhões de euros, assim como os estudos prévios de loteamentos municipais no Bairro do Escurinho, Largo das Camélias e Bairro do Moinho, concretizaram a perspetiva de expansão do Parque Habitacional Público.

Em termos de respostas socioeducativas, regista-se a ampliação do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, o crescimento dos apoios do Cartão Município Solidário e o alargamento das medidas inclusivas dirigidas aos alunos com Necessidades Educativas Especiais e respetivas famílias, a resposta integrada de apoio aos idosos, a conclusão do Plano de Ação do Fundo de Garantia para a Infância e o reforço da participação do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora.

Cumpre também salientar a aprovação do Plano de Promoção do Sucesso Escolar, o desenvolvimento do projeto da Orquestra Geração e da Orquestra Juvenil de Sopros, o lançamento do concurso da empreitada da reabilitação da Escola Básica Conde Vilalva no valor de quase 4 milhões de euros e o concurso para realização do projeto de execução da reabilitação geral da Escola Secundária André de Gouveia. Prosseguiu-se o alargamento da rede pré-escolar pública com a abertura do Jardim-de-infância do Bairro de Almeirim e a negociação de verbas para lançamento da empreitada de requalificação da EB da Horta das Figueiras, no valor de 1,3 M€. Regista-se também o enorme sucesso que representou a requalificação e, sobretudo, a consolidação do projeto de funcionamento da Ludoteca.

No plano do Desporto e Juventude, foi reforçado o compromisso com inúmeros eventos e iniciativas desportivas integradas em estratégias de promoção da atividade física, combate ao sedentarismo e afirmação da cultura desportiva de Évora, incluindo a Meia Maratona mais participada de sempre, a instalação do Footpark no Bairro do Moinho e as intervenções de conservação nas Piscinas Municipais e no Complexo Desportivo. Mas também a inauguração do novo Estádio de Futebol do Juventude Sport Clube, fruto de uma concertação de vontades e da cedência de terrenos municipais avaliados em cerca de 4 milhões de euros. Évora foi distinguida com o Galardão Autarquia Voluntária 2025, ano em que se assistiu à estabilização do regresso do Festival Jovem e à confirmação do Mês da Juventude enquanto espaço de afirmação das potencialidades, anseios e concretizações dos jovens.

Em 2025 reforçou-se a cultura como vetor estratégico de desenvolvimento que, entre outros, viu entrar o renovado Salão Central Eborense em pleno funcionamento, acolheu a 17ª edição da BIME e celebrou o 50º Aniversário do Centro Dramático de Évora. Mas deu também passos significativos na transição e passagem de testemunho de diversas responsabilidades para a Associação Évora 27, tendo em vista a preparação dessa grande conquista de todos os eborenses e alentejanos que é a Capital Europeia de Cultura em 2027. Foi elaborado o Plano de Acão da ITI Cidade de Cultura de que é Évora é líder, ao abrigo do qual será possível financiar a musealização das Termas Romanas no valor de 1,2 milhões de euros. Finalmente, foram também preparados múltiplos investimentos no Rossio de S. Brás, Ex-Celeiros da EPAC, Convento dos Remédios e outros, num valor de cerca de 8 milhões euros a candidatar ao PRR.

Ainda neste domínio, foram dados passos importantes para a construção futura de um Centro Cultural de Utilizações Múltiplas, cujo Estudo Prévio foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara Municipal de 17/09/2025. Apesar das garantias de financiamento dadas por anteriores ministros do XXIII Governo Constitucional liderado pelo então Primeiro-Ministro António Costa, não foi identificada fonte de financiamento

para levar por diante este importante projeto que, além das valências próprias, permitirá a requalificação e regeneração urbana de uma zona da cidade marcada pela riqueza patrimonial e pela transição urbana com os bairros a Norte.

Para além dos importantes indicadores económicos que são resultado das transformações sentidas no Concelho de Évora, designadamente ao nível da criação de mais postos de trabalho, instalação de empresas diferenciadas, duplicação da produção de riqueza entre 2013 e 2024 e balança comercial positiva, há a reter os contributos do Município de Évora ao nível do licenciamento industrial e hoteleiro, o desenvolvimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Aeródromo, a captação de novas empresas fruto de parcerias com associações empresariais, PACT e outras entidades com competências nesta matéria.

Cumulativamente, para além do pacote de investimento negociado pelo Executivo CDU ao nível do PRR, Portugal 2030, contratos-programa e outros instrumentos financeiros que ascendem a mais de 100 milhões de euros (Plano Local Habitação, PRR, ITI CIMAC, contratos-programa com o governo para reabilitação de escolas e novo hospital, entre outros), foi possível concluir importantes projetos e lançar concursos de requalificação da EB Conde Vilalva, extensões de saúde (construção nova e conservação), centro de acolhimento temporário e de transição, requalificação dos Celeiros EPAC, conclusão da empreitada dos Paços do Concelho e outros.

Com os projetos de abastecimento de água e saneamento e das acessibilidades ao novo Hospital Central do Alentejo prontos em 2025, há hoje condições para lançar as empreitadas que ascendem a mais de 15 milhões de euros, cujos atrasos se ficam a dever exclusivamente à sucessão de trapalhadas dos governos neste processo que, em ano de eleições autárquicas, conheceu novelas não inocentes com um aditamento ao protocolo celebrado em 2023, sem o qual o Município de Évora não pode assumir expropriações de terrenos nem lançar empreitadas.

Em 2025 foi também o ano em que se retomaram os apoios financeiros às IPSS na área social, depois de terem sido criadas condições para que essa retoma tivesse ocorrido mais cedo (a partir de 2021 e depois da liquidação do PAEL) nos clubes desportivos e associações juvenis. Estes apoios mantiveram-se em 2025, assim como o crescente apoio aos agentes culturais no âmbito das respetivas candidaturas à DGArtes. Os subsídios financeiros à atividade das associações representam um esforço financeiro e logístico muito significativo, mas absolutamente necessário pelo merecedor trabalho desenvolvido por centenas de dirigentes associativos, técnicos, profissionais, cidadãos voluntários, atletas e famílias.

No Ordenamento do Território, destacamos evidentemente a alteração ao PDM de Évora (por forma a responder a imposições legais), aprovado em Reunião de Câmara Municipal em 04/06 e AME em 13/06. Mas também há a registar a consensualização política das principais propostas de revisão do Plano de Urbanização de Évora, na sua reta final em 2026.

O valor das transferências e delegações de competências nas juntas de freguesia aumentou face a 2024, exemplo de confiança no trabalho de proximidade e eficácia das juntas de freguesia em muitas matérias. Contabilizando apoios logísticos, transferências e delegações de competências, o mandato 2021-2025 totaliza 4,5 milhões de euros transferidos para as juntas e uniões de freguesia. Devem a este respeito ser destacadas as freguesias que aceitaram a delegação de competências nas áreas da recolha de resíduos volumosos pois em momento crítico e sensível, disponibilizaram-se para colaborar com o município sem olhar a tacticismos pré-eleitorais. Mas também as que aceitaram o desafio de gerir e manter espaços de jogo e recreio, representando uma importante medida da colaboração interinstitucional que deve sempre pautar as relações entre autarquias locais.

Uma palavra de reconhecimento e imensa gratidão aos trabalhadores municipais, sem os quais não seria possível a realização de tantas e diversificadas atividades, eventos e programas ao longo de todo o ano, justamente identificados neste Relatório de Atividades. Da Meia Maratona, à Feira de S. João, Desafio Pela Saúde, até aos programas e ações regulares de resposta a necessidades das populações e opções estratégicas, há um mundo de trabalhadores que limpam, reparam, constroem, instruem, calculam, desenham, fiscalizam, cuidam, regulam, pagam, licenciam e acolhem, responsáveis por muitos dos sucessos da intervenção municipal.

A todos, a nossa calorosa saudação.

III- Análise Económica e Financeira

Começamos por salientar novamente a diferença mínima relativamente a 2024 no resumo de desempenho orçamental, tendo o saldo orçamental crescido de 5 903 731,76€ em 2024 para 6 151 311,32€. Este valor não pode ser desligado do Grau de Cobertura de Despesas que, de acordo com o relatório, se manteve nos 103%, ou seja, as receitas arrecadadas permitem cobrir as despesas realizadas.

Apesar de a execução orçamental da receita ter decrescido em 2025, muito por força de expectativas de financiamento de projetos relacionados com a Capital Europeia de Cultura, pode-se dizer que a estrutura das receitas correntes se manteve com alguma consistência, acusando ainda assim a «dependência excessiva das transferências do Orçamento de Estado». O mesmo se pode dizer em relação às receitas de capital, devendo ser salientado que a taxa de execução da receita relativa a cofinanciamento reduziu fundamentalmente pelo acréscimo substancial de 4 milhões de euros face a 2024, como foi dito sobre projetos da Capital Europeia de Cultura não executados no período. Porém, ainda que não tenham sido executados em 2025, alguns continuam disponíveis para executar em 2026.

Semelhante raciocínio pode ser aplicado à estrutura das despesas correntes, destacando-se aqui a menor taxa de execução da aquisição de bens e serviços, devida fundamentalmente a problemas de tesouraria relacionados com o défice resultante da transferência de competências na área da educação desde 2022, com a redução operada no IMI desde 2022, com a redução muito significativa do IMT em 2024 e com o enorme aumento dos gastos com energia também em 2024, os quais põem em causa a trajetória de recuperação financeira e do equilíbrio orçamental trilhados com o Plano de Saneamento Financeiro. Esta redução aguda nas receitas ajuda a compreender o aumento da dívida a fornecedores, cifrada em 2025 nos 19 821 417,66€ a qual tem evidentemente repercussões na evolução desfavorável do Prazo Médio de Pagamento (em incumprimento a partir dos 90 dias). Em relação a este, o agravamento para 139 dias é motivado pelos problemas de tesouraria identificados, mas muito longe dos 755 dias registados em 31 de dezembro de 2012. A este respeito, convém salientar o peso de que representa a dívida à empresa Águas de Vale do Tejo, cotada em valor superior a 5,642M€, a qual foi cedida contratualmente por esta entidade ao BEI, permanecendo como dívida a fornecedores e não como dívida de capital. O garrote dos encargos com água e saneamento representa uma pressão excessiva sobre as contas do município, sendo responsável pelo aumento de 56,81% entre 2024 e 2025 na rúbrica dos fornecimentos e serviços externos. Por seu turno, os custos com eletricidade cresceram 29,9%. Juntos, água e eletricidade, representam 35,26% do total da rúbrica de fornecimentos e serviços externos.

Por outro lado, a redução da execução da rúbrica aquisição de bens de capital é explicada no relatório, tendo sido «influenciada negativamente» por atrasos em projetos candidatados ao PRR e concursos que ficaram desertos, contribuindo significativamente para a redução da execução da despesa.

Ainda neste capítulo e como já havia sido alertado, a auditoria da Inspeção Geral de Finanças à CIMAC, tornou claro que a dívida referente ao Projeto de Eficiência Energética não deveria ser reconhecida pela CIMAC, mas diretamente pelos Municípios. E pior, obrigou a que os encargos financeiros deste projeto no futuro sejam registados como dívida, algo que não sucede por exemplo nas concessões da Iluminação Pública e dos Transportes Urbanos.

Em 2025, como referido, o Município de Évora manteve o equilíbrio orçamental em 6 151 351,32€, com uma variação positiva de 27% do resultado líquido do exercício, por comparação com o ano anterior. E a generalidade dos rácios económico-financeiros mantiveram-se positivos, contribuindo para a redução do passivo de 73,3 milhões de euros em 2024 para 64 milhões de euros em 2025 (redução de cerca de 9 milhões de euros) e uma ligeira redução da dívida orçamentada registada em 54 379 034,55€, longe dos 95 milhões de euros registados em 2012. Ainda assim, prosseguindo o esforço de investimento sustentado, em 2025, o peso dos investimentos no total da despesa aumentou para 8%, um valor insuficiente, mas consistente com o compromisso de estabilização das contas para garantir margens de investimento que não comprometam a gestão do município em futuras administrações.

Todos estes indicadores têm expressão na capacidade de endividamento que, desde 2022 (ano em que foi reposta nos termos das exigências legais), tem vindo a crescer e está neste momento nos 28 192 652,50€.

IV – Conclusão

Por tudo isto e porque o que se está a discutir não são apenas as contas de um ano mas as contas de um ciclo político constituído por três mandatos, o nosso voto à Prestação de Contas de 2025 é favorável porque as contas apresentadas confirmam o processo de recuperação económica iniciado pela CDU com o Plano de Saneamento Financeiro, fundamental para dar as respostas que as populações exigem, fazer investimento e olhar para o futuro a médio e longo prazo com projetos e desafios conquistados pelo Executivo CDU para os quais contribuíram muitas entidades, trabalhadores e cidadãos, entre os quais é cimeiro o processo que queremos transformador da Capital Europeia de Cultura em 2027.

A gestão dos últimos três mandatos da responsabilidade da CDU é um ponto de partida que importa prosseguir e desenvolver que contrasta decisivamente com a gestão ruinosa herdada em 2013."

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, informou que passavam ao ponto 5.

5. Alteração Orçamental Modificativa para inclusão do saldo da Gerência Anterior

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara esclareceu que se tratava exatamente e apenas de uma alteração orçamental para incluir no Orçamento o saldo transitado, que era de 1.698.264,21 euros.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver pedidos de intervenção, submeteu a Alteração Orçamental Modificativa para inclusão do saldo da Gerência Anterior, a votação.

Deliberação Alteração Orçamental Modificativa para inclusão do saldo da Gerência Anterior.

Aprovada por unanimidade, verificando-se 33 presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver mais pedidos de intervenção, informou que passavam ao ponto 6.

6. Plano de Atividades e Orçamento para 2026 e Plano Plurianual de Investimentos 2027/2030 da Habévora, E.M. (para conhecimento)

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara referiu apenas que existe uma opção, aquela que é sobretudo mais diferenciada, em alinhar com o plano local de habitação da Habévora 2020. Contudo, ao mesmo tempo, e como já foi demonstrado por esta nova gestão, há um estudo de novas soluções de arrendamento, incluindo modelos de renda condicionada, para poder aumentar a oferta habitacional.

O nível previsto de investimento para este ano foi de 4.881.648 euros. A saúde financeira da Habévora foi considerada boa, embora a saúde de alguma parte do Unificado não se apresentasse tão positiva. Por esse motivo, registou-se também um aumento nas verbas previstas, designadamente para a construção de nova habitação e para a realização de reparações, as quais eram anteriormente muito reduzidas e passaram a ser bastante superiores, dado que existem muitas casas degradadas que necessitam de tratamento e de apoio.

De qualquer maneira, o plano de atividades e o orçamento encontravam-se na posse dos presentes, tendo sido considerado que seria uma excelente ideia a apresentação do plano de atividades e do orçamento por parte da agência da única empresa pública no município. Por fim, foi reiterado o agradecimento ao Doutor Cabecinha, solicitando-se que fosse transmitido, através de si, ao Doutor Vélez e ao Doutor Olímpico o agradecimento pelos trabalhos que irão realizar.

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início ao segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum pedido.

Verificando não haver mais pedidos por parte do público, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a Ordem do Dia.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a Ata em minuta iria ser lida pela 1ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

"Aos 27 dias do mês de abril de 2026, pelas 20h, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Évora, tendo deliberado o seguinte: foi aprovada por maioria a Prestação de Contas de 2025. Foi aprovada por unanimidade a Alteração Orçamental Modificativa para inclusão do saldo da Gerência Anterior."

O Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação a Ata em minuta. A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão, pelas zero horas e cinquenta minutos, da qual para constar se elaborou a presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Jorge Quina Ribeiro de Araújo

A 1ª SECRETÁRIA

Maria da Nazaré Lança

O 2º SECRETÁRIO

Luís Carlos Fialho Pardal